

ontraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP

Descentralização de recursos e Virada Cultural do Pertencimento

Como democratizar
os investimentos
culturais para as
periferias?

Editorial

De olho nos trilhos

A comunidade tomou uma decisão, a três mãos e em cinco endereços, sobre a candidatura à Reitoria. A indicação, acordada entre estudantes, professores e funcionários, aguarda a etapa decisiva da eleição: o voto supremo do Cardeal.

Com o resultado das apurações, a pergunta que fica não é se a chapa vencedora será empossada ou não, embora já tenha sido uma preocupação. Neste momento, cabe destrinchar os votos e escançar qual comunidade foi realmente consultada.

Dos 12.525 estudantes habilitados para votação, apenas 5.139 o fizeram. Esse dado, sozinho, revela a timidez do engajamento político nos campi. Isto é, a democracia da PUC-SP continua respirando às custas da minoria.

Da mesma forma, as campanhas de ambas as chapas concorrentes aos cargos de reitor e vice-reitora esbanjaram promessas e projetos inflados de esperança à comunidade. Comentou-se promover maior segurança, reparar a infraestrutura, contratar transporte fretado a alunos e funcionários, dentre outros tópicos a riscar nos próximos quatro anos. Afinal, o tempo de renovar é agora.

A quem assumir este trem, que não se deixe enganar pela vista des congestionada. Lembrem-se de olhar para trás. Estamos registrando cada curva. Temos olhos em todos os vagões. A vigília permanece.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitora Maria Amália Pie Abib Andery
Vice-Reitora Angela Brambilla Lessa
Pró-Reitor de Pós-Graduação Márcio Alves da Fonseca
Pró-Reitora de Graduação Alexandra Fogli Serpa Geraldini
Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos Márcia Flaire Pedroza
Pró-Reitora de Educação Continuada Altair Cadrobby Pupo
Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Mônica de Melo
Chefe de Gabinete Mariangela Belfiore Wanderley

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretor Fabio Cypriano
Diretora Adjunta Priscila Almeida Cunha Arantes
Chefe do Departamento de Comunicação MiSaki Tanaka
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Vânia Penafieri de Farias
Coordenador do Curso de Jornalismo Diogo de Hollanda
Vice-coordenador do Curso de Jornalismo Fábio Fernandes

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora Assistente Giuliana Zanin
Secretário de Redação João Curi
Fotografia Lídia Rodrigues de Castro Alves
Mídias Sociais Maria Ferreira dos Santos
Assistente de Produção Rafaela Reis Serra

Editorias

Artes e Cultura Amanda Furniel	Política Beatriz Barboza
Economia Leonardo de Sá	Ambiental Vítor Nhoatto
Entretenimento Thainara Sabrine	Cidades Annanda Deusdará
Esportes Nathalia de Moura	Internacional Khauan Wood
Moda Gabriela Jacometto	

Revisão Beatriz Loss, Enrico Souto, Gabrielly Mendes, Guilherme Tirelli, Júlia Zuin, Juliana Sousa, Laís Carnellosso, Vanessa Orcioli

Ombudsman Fabio Cypriano

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Fabio Cypriano, José Arbex Jr. (licença), Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Capa Thainara Sabrine/Aline Bullara

Projeto e diagramação Aline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes

CEP 05014-901 – São Paulo/SP

Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 140 – Junho/Julho de 2024

Política

A habilidade de se comunicar como um "camaleão"	4
A letalidade no governo Tarcísio: um panorama da ação policial na sociedade paulista.....	6
Como acontece a Consulta à Comunidade na PUC-SP?.....	8

© Regiane Bento



Cidades

Condução paulistana reforça a permanência dos mais pobres em suas bolhas cotidianas	9
A força das privatizações no Governo de São Paulo	10

Internacional

"CHEGA" lidera expansão da extrema-direita em Portugal	12
--	----

Ambiental

Aquele que tem menos, sofre mais	13
Rio Grande do Sul e o maior desastre ambiental de sua história	14

Moda

"Eu me chamo Brasil": A moda urbana nacional ganha espaço em semanas de moda na Europa.....	16
---	----

Ensaio fotográfico

Teatro Oficina recebe nova temporada do espetáculo 'Mutações de Apoteose'	18
---	----

Cultura e comportamento

Descentralizando o palco: Virada Cultural se expande e ocupa todas as regiões da capital paulista	20
2024 é o ano das divas pop	22
TUCA marca primeiro encontro teatral de Tony Ramos e Denise Fraga	24
Oscar 2024: Entre conflitos e polêmicas	25
Crônica O papa defunto.....	26
Cliques de guerra, uma análise sobre "Guerra Civil"	28
Crônica Entre a curva e a reta, a brita e a pista!	29



© Getty Images

Esportes

Apostas online e o atual cenário da CPI que investiga o ramo.....	30
Paris 2024, a promessa da igualdade.....	32
Brasil pode superar recorde de pódios em Paris 2024.....	34
Futsal, um sonho olímpico	36

© Reuters



A habilidade de se comunicar como um “camaleão”

Do cinema à política, dos esportes ao gerenciamento de crises, semana de integração entre estudantes, docentes e formados abrange o universo do vídeo, da foto e da escrita



© Arthur dos Santos

A Semana de Jornalismo serve como momento de aprendizado da profissão fora da grade curricular do curso

LAI traz igualdade para discussão entre poder público e população

A mesa sobre Lei de Acesso à Informação foi a primeira oficina realizada na Semana. Maria Vitória Ramos, co-fundadora da “Fiquem Sabendo”, e mediada pela aluna Beatriz Barboza, organização especializada no acesso a informações públicas via

LAI, introduziu os espectadores a conceitos como transparência ativa, transparência passiva, dado aberto e controle social, além de mostrar a quem se pode pedir dados via LAI.

Ausente da grade curricular do curso de Jornalismo na PUC-SP, o uso da LAI vem crescendo nos últimos anos e o ensino da ferramenta pode ser adotado: “vimos a importância da LAI subir e ela passar do texto até o lide, até a linha fina e, eventualmente, à própria manchete”, afirma Maria Vitória. Para ela, a transparência de dados torna a conversa entre poder público e população algo menos desigual e cita Michael Morisy, diretor da MuckRock: “os registros públicos nos lembram quem está no comando. Quando entendemos que o governo trabalha para nós, lembramos que é o povo quem manda!”.

“A TV é um glamour para quem está fora”

Os bastidores da transmissão ao vivo e as dificuldades de lidar com os imprevistos foram temas trabalhados por Vítor Ferreira (Globo News), Joyce Ribeiro (Tv Cultura), Luiz Turatti (Tv Cultura) e Débora Alfano (Band News) que compartilham com os alunos as “delícias” e os “desafios” da profissão por trás da bancada e na correria da cobertura externa. “A TV é um glamour para quem está fora”, afirma Alfano, apresentadora da rádio Band News FM.

Aldo Quiroga, mediador da mesa, professor de jornalismo e âncora no jornal Cultura, questiona aos colegas o que é necessário para ser um bom repórter ao vivo. Para Turatti, que começou a carreira logo na frente das câmeras, a agilidade e o pensamento rápido são essenciais. “Você sai da redação sem prever o que as pessoas vão falar e se a sua pauta vai cair.”, ressalta. “Eu acho importante a confiança da produção que te acompanha e da gente ter a consciência de que nada é feito sozi-

nho.”, destaca Ribeiro, jornalista de tele-jornal diário há mais de 20 anos.

Como ter visibilidade nas pesquisas do Google

Na era do algoritmo e do desempenho nas redes sociais, a utilização de ferramentas para otimização das pesquisas e a viralização dos conteúdos jornalísticos foram temas apresentados na Oficina “Ferramentas Básicas de SEO: Como dar visibilidade ao seu conteúdo”.

Mediada pela aluna Amanda Furniel, a aula laboratorial foi apresentada pela especialista em marketing digital, Laís Melato (Digital Chili) explicou como funciona o SEO (Search Engine Optimization). “É um conjunto de boas práticas em um site para que ele tenha destaque nos resultados de busca do Google”, afirma. Esse formato é escolhido pelas redes de comunicação para aumentar a viralização das produções que são combatidas em massa pela desinformação. “Você precisa entender como funciona o mecanismo de interação da plataforma e do seu conteúdo”, reforça Melato.

“Enquanto jornalistas temos o papel de sermos mais informativos”

“Cobertura das Eleições Municipais” foi o tema que trouxe profissionais experientes em política para preparar alunos e interessados em trabalhar com atenção e profundidade os processos eleitorais. Os jornalistas chamados foram Heródoto Barbeiro (Nova Brasil), Caroline Oliveira (Brasil de Fato) e Lorena Alves (Assessora Parlamentar na Câmara dos Deputados), com a mediação da professora Marlyvan Moraes.

Um dos assuntos abordados pelos presentes na palestra foi a importância dos centros acadêmicos na política, principalmente com as eleições de reitoria que estão acontecendo dentro da Universidade. Para Alves, “enquanto jornalistas, temos o papel de sermos mais informativos quanto a política e cidadania”. A disseminação de fake news e a pressão do público também foram alguns dos assuntos discutidos na mesa.

“A carreira do jornalista, principalmente aquele que cobre o esporte, é muito similar a do atleta”

Com o objetivo de mostrar as diferentes modalidades que existem no mundo esportivo e explicar sobre uma das áreas mais procuradas entre os jovens, “Cobertura dos Jogos Olímpicos” discute sobre como se destacar no setor e se preparar para a competição global que ocorrerá entre o primeiro e segundo semestre deste ano.

Os convidados chamados foram Fernando Gavini (Olimpíada Todo dia), Ricardo

Por Artur dos Santos, Giuliana Zanin e Helena Barra

O tema “Multiverso do Jornalismo” permeia a 46ª Semana do Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Centro Acadêmico Benevides Paixão e alunos do curso organizaram mesas de conversa com profissionais entoados na experiência de se fazer jornalismo. A atual presidente do C.A, Melissa Joanini, afirma que a procura por áreas diversas foi o diferencial dessa edição da Semana. “Essas sugestões revelam a necessidade do jornalista ser um ‘camaleão’ para se adaptar aos diferentes espaços de trabalho e que podemos nos inserir neles nas mais variadas formas”.

“Todo jornalismo tem que ser investigativo”

Jornalismo Investigativo foi o tema da primeira mesa da 46ª semana de Jornalismo contou com os convidados Graciliano Rocha (UOL), Guilherme Belarmino (Globo) e Gustavo Costa (Record TV) e a mediação do Diretor da FAFICLA (Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes), o professor Fábio Cypriano.

Para o mediador da mesa, iniciar a semana de palestras com o tema Investigativo é simbólico: “todo jornalismo tem que ser investigativo; muito adequado que começemos essa semana com esse tema”, pontua. Os convidados falaram da maior disponibilidade de tempo para a produção de matérias investigativas e como o erro faz parte do jornalismo. Segundo Graciliano Rocha: “a maneira como você lida com o erro ajuda a definir como você vai ser como profissional. O que a gente pode é ter boas práticas para diminuir a margem do erro acontecer”.

Corrêa (Fotógrafo), Giovana Pinheiro (Globo) e João Barreto (Cazé Tv), e mediada pelo professor José Paulo Florenzano. A mesa abordou assuntos como o fotojornalismo esportivo, experiências dentro da carreira e suas expectativas em relação às Olimpíadas deste ano. Corrêa afirma que a profissão explora outras áreas de atuação, “a carreira do jornalista, principalmente aquele que cobre o esporte, é muito similar a do atleta”, afirma o fotojornalista.

“Era muito estimulante o desafio de separar o fã”

A mesa “Jornalismo de Cultura Pop” contou com Chris Flores (SBT), Valentina Pulgarin (Warner Channel), Guilherme Guedes (Multishow) e Sofia Duarte (Capricho), e foi mediada pela aluna de jornalismo da PUC-SP, Manuela Mourão. Durante a conversa, os convidados explicaram sobre seus processos de ingresso na indústria de entretenimento e compartilharam algumas experiências que tiveram em entrevistas com pessoas internacionalmente reconhecidas, como por exemplo o relato de Chris Flores sobre sua entrevista com a cantora Shakira.

Os participantes focaram em perguntas relacionadas ao universo de entrevistas, e uma das dicas que a Sofia Duarte deu para quem quer se aprofundar neste mundo é “estudar a carreira do seu entrevistado”. Outro assunto abordado foi a dificuldade de separar o lado de fã na hora de uma entrevista, e como eles lidam com o nervosismo. “Era muito estimulante o desafio de separar o fã do profissional”, ressalta Valentina.

“O Brasil é enorme, você não vai cobrir sem viajar”

Uma mesa composta apenas por mulheres. A professora Anna Feldmann mediu a roda de conversa com as jornalistas estrangeiras Samantha Pearson (Wall Street Journal), Jill Langlois (independente) e Jan Rocha (BBC). As jornalistas foram convidadas a falar sobre a cobertura jornalística do Brasil para veículos de fora. A mesa “Brasil pelos Olhos dos Correspondentes” abordou a dinâmica de compra de pautas e as demandas dos editores. Para a surpresa de algumas pessoas, Samantha comentou que as pautas que ela escreve vêm muito mais dela do que por pedido de editores do WSJ, embora não consiga fugir de algumas pautas específicas.

As convidadas falaram da dificuldade em arranjar verba para o custeio de viagens: “o Brasil é enorme, você não vai cobrir sem viajar”, afirma Langlois. Para a jornalista independente, justificar custos para viagens dificulta ainda mais o processo. Respondendo a uma pergunta, Pearson recomendou iniciar carreira internacional no jornalismo em um país com crescimento no investimento e relevância internacional. “Se a cobertura der certo, uma dificuldade do começo é pular de país em país”, ressalta.

“O país que não conhece a sua história não vai pra frente”

A mesa “Jornalismo e Memória” discutiu livros-reportagens escritos sobre casos esquecidos na ditadura militar. Mediada pelo coordenador do curso de Jornalismo, o professor Diogo de Hollanda, e composta por Luiza Villaméa, Eduardo Reina e Murilo Fiuza de Melo, a roda de conversa trouxe as experiências de cada jornalista dentro das investigações, desde a dificuldade no processo de produção até a emoção com as histórias contadas. “Depois que eu saí da entrevista, eu desabei.”, relata Eduardo Reina, jornalista e autor do livro “Cativo sem fim: as Histórias dos Bebês, Crianças e Adolescentes Sequestrados Pela Ditadura Militar no Brasil” (Alameda Editorial).

A importância sobre a escuta e o olhar atento e apurado do passado brasileiro são reforçados pelos convidados. “O país que não conhece a sua história não vai pra frente. Para se formar como cidadão, é preciso conhecer a sua história.”, afirma Fiuza, autor de “O caso dos nove chineses: o escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar” (Objetiva).

“Ser mediador entre o público e o filme”

A mesa de Jornalismo e Cinema trouxe convidados diversificados, variando de críticas de cinema e analistas à diretora do filme Bicho de Sete Cabeças. A mescla de trabalhos diferentes na produção e apreciação da sétima arte fez os discursos darem mais profundidade à mesa. O professor Mauro Peron foi o mediador. Barbara Demerov, jornalista crítica de cinema, ressaltou que o jornalismo é um “ímã para falar a minha verdade e entender qual a magia do cinema” e que a crítica em si deve ter uma mescla de estudo e técnica “colocando a emoção no meio”.

Segundo Laís Bodanzky: “a gente não faz filme para especialistas, a gente faz pro público”. Ao decorrer da mesa, a pesquisadora e jornalista Paula Jacob mencionou que montar um repertório crítico e saber o lugar de atuação do jornalista é muito importante. Marcelo Hessel, editor do Omelete, nota a diferença no relacionamento das pessoas com a arte, dizendo que atualmente olham para a crítica querendo uma resposta definitiva, enquanto, para ele, os filmes estão abertos à discussão e a crítica é um “começo de conversa”.

“A crítica é importante no ambiente que a gente vive”

Com a presença de Kaique Moreira (Harper’s Bazaar), Vitória Fiore (Influencer e Comunicadora), Rafaela Fleur (Glamour) e Guilherme de Beauharnais (Harper’s Bazaar), e mediada pelo professor Fábio Cypriano, “Jornalismo e Moda” encheu as cadeiras do auditório. Os convidados contaram um pouco sobre como eles se inseriram no mercado de moda, mencionando que a área é um meio elitizado e fechado.

A limitação e politização da moda foram uns dos assuntos tocados durante a conversa, focando principalmente na falta de espaço que o jornalismo de moda, e a própria moda tem no mercado brasileiro. Além de compartilharem suas experiências nos bastidores de desfiles e ensaios, os convidados abordaram a dificuldade em relação às críticas por estarem trabalhando muitas vezes diretamente com as marcas. Para Vitória “A crítica é importante no ambiente que a gente vive”, ela também fala da importância de aceitarmos críticas relacionadas a nós mesmos com o objetivo de melhorarmos como profissionais.

“É importante a gente monitorar e trazer a nossa história”

A mesa “Gerenciamento de crise e cobertura” finaliza a semana de rodas de conversas que abordam o “Multiverso do Jornalismo”. Com a mediação da professora Pollyanna Ferrari, representantes de assessorias de empresas contam casos que defenderam em suas carreiras profissionais e como o mercado de trabalho cresceu nos últimos anos. “Era um assunto novo, a gente não via na faculdade”, conta Marcela Matos, assessora no ramo da aviação pela Egom PR, sobre a sua experiência universitária nos anos 90.

Além de Matos, Anelisa Furquim, relações públicas da comunicação corporativa de empresas, Filipe Xavier (Ge Healthcare) e Neiva Justa (FSB Holding), destacam a importância de ter um time treinado para crise das empresas e de esse processo impactar não apenas na imagem da marca, mas na transparência com a população. “Se a gente consegue se antecipar, a gente consegue adiantar muita coisa. É importante monitorar e trazer a nossa história”, reforça Justa sobre a comunicação entre os jornalistas e a corporação.



© Beatriz Barboza

O evento permite que alunos entrem em contato com pessoas influentes em cada área

A letalidade no governo Tarcísio: um panorama da ação policial na sociedade paulista

A orquestra fúnebre da Polícia Militar ganha cada vez mais espaço no Estado de São Paulo

Por Laura Costa, Leticia Falaschi, Mayara Pereira, Rafael Assis e Thaís de Matos

Após 28 anos governando São Paulo, o Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB, perdeu espaço e deixou de administrar o maior estado do país. Na eleição estadual de 2022, Rodrigo Garcia, candidato do partido, foi o terceiro mais votado, atrás de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Haddad (PT). Garcia sequer avançou para o segundo turno.

Fundado em 1988, o partido surgiu com notáveis figuras de centro-esquerda, social-democratas e liberais progressistas, como Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Franco Montoro, Ciro Gomes e José Serra. Sua crescente influência permitiu a eleição de consecutivos candidatos em São Paulo durante quase três décadas. Em seus primeiros mandatos à Presidência da República, o então governador Mário Covas, do PSDB, se aliou ao Partido Liberal (PL). Na eleição presidencial de 2018, eleitores conservadores se encontraram no caráter reacionário e ultra conservador de Jair Messias Bolsonaro. Por outro lado, votantes progressistas adotaram a representação do Partido dos Trabalhadores com a candidatura de Luiz Inácio Lula da

Silva; assim, com a polarização da política, o PSDB se viu sem espaço.

Em ascensão, o bolsonarismo se espalhou e, com ele, diversos nomes que defendem ações conservadoras. Foi em 2022 que o ciclo dos tucanos, como são chamados os integrantes do PSDB, em São Paulo, se quebrou. Diante da derrota, o partido declarou apoio às candidaturas de Lula, à presidência, e de Tarcísio de Freitas, no governo do estado de São Paulo.

Fim das câmeras?

Criado em agosto de 2020, durante a gestão de João Dória (PSDB), o programa *Olho Vivo* implementou câmeras corporais nos uniformes da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Também chamadas de *bodycams*, quando acopladas nas fardas, os dispositivos gravam o serviço dos policiais em tempo real e o transmitem para a central de operações da Polícia Militar.

A tecnologia tem como objetivo transparecer o trabalho policial ao explicitar tanto as atitudes de civis, abordados ou não, quanto dos agentes. O projeto foi ampliado em 2021 e, a partir daí, manteve um contrato de 30 meses – até meados de 2023 com a empresa Avanta/Axon.

Ainda, a SSP contabilizou que o número de pessoas mortas em confronto

com a PM em 2017, 2018 e 2019 foi de, respectivamente, 643, 642 e 716 vítimas. A partir de 2020, esses eventos passaram a diminuir, mais especificamente no 3º semestre, quando o *Olho Vivo* foi desenvolvido. Naquele ano, 659 indivíduos foram mortos no choque contra a polícia. Nos dois anos seguintes, caíram sucessivamente: 430 mortes em 2021, e 256 em 2022.

Em outubro de 2023, o governador afirmou que a continuação na compra das *bodycams* não era prioridade e que destinaria os recursos a outros setores. A declaração foi dada durante a inauguração de um Ambulatório Médico de Especialidade (AME), no bairro do Belenzinho, em São Paulo. Três meses depois, em entrevista ao Bom Dia SP, telejornal da Globo, Tarcísio reforçou o discurso e admitiu que não investiria nos aparelhos. Em suas palavras: “Qual a efetividade da câmera corporal na segurança do cidadão? Nenhuma”.

Existe a hipótese das câmeras nos uniformes policiais também terem colaborado com a redução das mortes deste grupo em serviço; de acordo com um estudo feito pelo Fórum de Segurança Pública e pela UNICEF, o número de PMs mortos vinha subindo de 2017 até 2020. Durante esses quatro anos, as respectivas estatísticas eram de 11, 16, 14 e 18 óbitos. Nos dois anos seguintes, esses falecimentos caíram para 4 e 6 ao ano.

Há outros impactos na instalação das câmeras portáteis. Em uma nota conjunta emitida em outubro de 2023 pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP), o Instituto Sou da Paz, Conectas, Comissão Arns e Instituto Igarapé alertaram sobre a falta de contribuição com estudos sobre a violência policial: “Pesquisadores por vezes enfrentam dificuldade de acesso a dados que permitam avaliações de impacto das políticas de segurança pública. Sem a capacidade de produzir novas pesquisas sobre os efeitos das câmeras, a própria polícia fica no escuro, confiando mais no ‘achismo’ do que nas evidências científicas”, afirmaram em nota.

Em maio deste ano, o Ministério da Justiça divulgou o texto que regulamenta o uso de câmeras policiais em todo o país a partir de uma autonomia dos oficiais no acionamento das gravações durante as ações, em justificativa de proteção da privacidade fora do turno. A lei está em discussão e foi baseada em pesquisas analisadas pelo Ricardo Lewandowski, ministro da pasta.

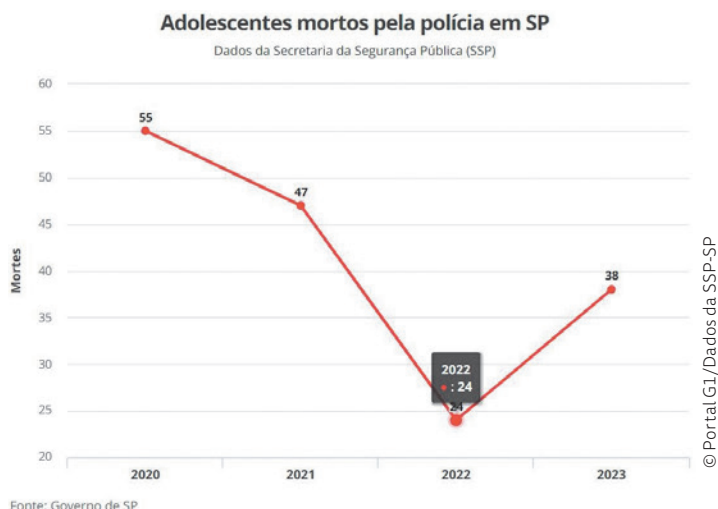
© Gabriela Biló/Folhapress



Tarcísio vem sendo definido como um “bolsonarista moderado”, possivelmente uma das apostas do ex-presidente para as eleições de 2026

Operação Escudo e aumento na mortalidade pela PM

No governo anterior, do PSDB (com João Doria e Rodrigo Garcia) as mortes por autoria militar no estado diminuíram devido ao programa *Olho Vivo*, como mostra o gráfico do governo de São Paulo:



Número de mortes de menores de idade contabilizadas pelo SSP

O aumento do número de mortes de menores de idade a partir de 2023 coincide com o primeiro ano de mandato de Freitas, período em que houve a paralisação do *Olho Vivo*. A Operação Escudo atingiu números semelhantes aos da época do Carandiru, uma chacina que aconteceu em 1992 em um presídio, com a justificativa de contenção a uma rebelião que ocorria no espaço. Este foi um marco da ação truculenta da polícia militar na história do estado.

Iniciado em 2023, a primeira edição da Operação, que durou de julho a setembro daquele ano, causou a morte de 28 pessoas em apenas 40 dias. Na passagem de 2023 para 2024, o governo do estado de São Paulo anunciou a Operação Verão. Essa ação resultou em mais de mil presos e na contenção de 2,6 toneladas de drogas, de acordo com dados coletados pelo Governo do Estado.

Guilherme Derrite, secretário da pasta, sobre a intervenção, expôs: “A operação cumpriu os seus objetivos, seja capturar alvos identificados por um trabalho

de inteligência conjunto entre as polícias como reduzir os índices criminais na Baixada Santista. Agora, com a ampliação do efetivo, podemos dar continuidade a esse combate, que será constante”.

Desde dezembro do ano passado até abril deste ano, quando foi encerrada, a Operação instaurou o caos no litoral paulista; foram contabilizados 56 mortos. O assassinato de um policial militar foi o pressuposto do ato. Apesar do barulho nas redes sociais e das denúncias por instituições ligadas aos Direitos Humanos, a Ouvidoria da Polícia Militar não solucionou a questão. A mobilização desse órgão é, na maioria dos casos, uma remediação vulnerável sem força contra as administrações da PM.

O cão de Guarda

Tarcísio de Freitas indicou Derrite (PL), ex-militar da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e deputado federal licenciado, ao cargo de secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo. Ele iniciou sua carreira como PM em 2003, no 14º Departamento de Polícia Militar de Osasco.

Nessa mesma delegacia, atuava Wallace Oliveira Faria, condenado a 102 anos de prisão por 3 assassinatos. Em dois depoimentos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Faria confessou que fazia parte de um grupo de extermínio de Osasco, região metropolitana de São Paulo, cujas operações eram do conhecimento de Derrite. “Tudo o que a gente ia fazer avisava o Derrite. Ele tinha comando total”, disse, de acordo com um levantamento da Revista Piauí.

Quatro anos depois de seu ingresso na Rota, o secretário foi expulso com o mesmo argumento de excesso de mortes. “Tive muita ocorrência de troca de tiro, eu ia para cima. Quem vai para cima está sujeito. Troquei tiro várias vezes, uma atrás da outra e isso acabou incomodando. Não sei quem,

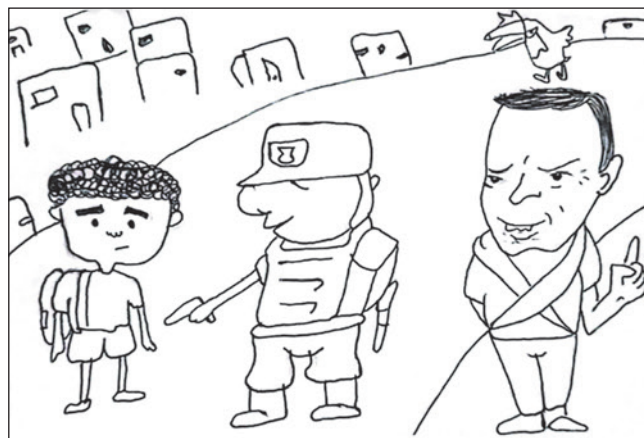
mas veio a ordem de cima para baixo, questão política: ‘Tira o Derrite’, segundo relatos do próprio Derrite em um podcast para o canal “Diário da Honra”, no YouTube.

Sua certidão criminal, apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral, quando concorreu a deputado federal (2018), contava com seis inquéritos arquivados e um em andamento. Foram totalizadas 16 mortes em operações policiais das quais participou. Derrite, ainda criticou seus colegas de farda que mataram menos de três pessoas em cinco anos de serviço: “É vergonhoso”. Depois de assumir a Secretaria, Guilherme anistiou pelo menos 65 policiais que estavam afastados dos serviços enquanto passavam por inquérito apurando alta letalidade em operações.

Em entrevista exclusiva ao **Contraponto**, Bruno Paes Manso, jornalista, pesquisador e autor dos livros “A República das Milícias” e “A Fé e o Fuzil”, argumenta sobre a efetividade dessa política de segurança. “A polícia age com violência nesses territórios periféricos, vistos como perigosos, para falar que existe lei e que quem não respeitar apanha, como se a violência pudesse ter um aspecto pedagógico. Só que o que começa a acontecer é a resposta violenta, as pessoas começam a agir violentamente e formam facções”, explica.

Um dos títulos mais famosos de Bruno, “A República das Milícias”, foi ganhador do Prêmio Jabuti em 2021. Seu livro reportagem aborda a ação policial desde o esquadrao da morte, de 1960 - uma organização que perseguia e matava pessoas tidas como ameaçadoras ao sistema ditatorial da época - até o Governo Bolsonaro, reconhecido publicamente por envolvimento com a milícia. Um dos casos mais famosos que conecta o ex-presidente e a sua família com o grupo criminoso é o conhecimento sobre o plano de assassinato da ex-veradeira do Rio de Janeiro Marielle Franco.

Afinal a intervenção policial, como é feita, beneficia a quem? A comparação entre os dados sugere a dúvida sobre a própria questão da segurança. O fato é que as políticas públicas não atendem às expectativas da população, muito menos a minoria. O Estado de São Paulo não há de ser campo de guerra, tampouco cemitério.



© Charge: Mayara Pereira

Eram diferentes as abordagens violentas pela polícia nas periferias de São Paulo

Como acontece a Consulta à Comunidade na PUC-SP?

Entenda o processo de escolha da próxima Reitoria (2024-2028) e seus desdobramentos no cenário acadêmico

Por Beatriz Barboza, Beatriz Lima e Julia Sena

Entre os dias 20 e 24 de maio, estudantes, professores e funcionários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo participaram da Consulta para a Reitoria. O processo propõe a indicação de uma chapa para os cargos de reitor e vice-reitora da instituição pelos próximos quatro anos.

A consulta abrange os campi Monte Alegre, Consolação, Ipiranga e Sorocaba, além da DERDIC e do Hospital Santa Lucinda, associados academicamente à administração da PUC-SP.

A chapa 1, “Renova PUC”, concorreu com os candidatos Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Jr. e Profa. Dra. Carla Reis Longhi para reitor e vice-reitora, respectivamente. Vidal também é diretor da Faculdade de Direito e procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

A chapa concorrente, “Nosso Tempo é Agora”, foi liderada pelo Prof. Dr. Márcio Alves da Fonseca para reitor, e pela Profa. Dra. Patrícia Jundi Penha para vice-reitora. Márcio é chefe de departamento da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) e Pró-Reitor de Pós-graduação.

Atualmente, o Estatuto da Universidade estabelece que a escolha do reitor seja conduzida de forma consultiva. No entanto, ainda no período da Ditadura, a ideia original do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns era valorizar a Democracia dentro da universidade. “Ele dizia que ‘se não tínhamos eleições no país, deveríamos ter

eleições na PUC”, relata Fabio Cypriano, diretor da FAFICLA.

A Pontifícia de São Paulo foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a ter eleições consultivas para a Reitoria, ainda que não fossem diretas. Em 1976, a professora Nadir Kfoury foi indicada pela comunidade acadêmica e escolhida pelo Cardeal e Grão-Chanceler Dom Paulo Evaristo Arns para assumir o cargo. O evento também condecorou Kfoury como a primeira mulher eleita reitora em uma universidade católica em todo o mundo.

O que compete ao reitor?

O artigo 45 do Estatuto da PUC-SP, disponível no site da instituição, descreve todas as demandas atribuídas ao cargo de reitor. O profissional deve manter a ordem e a disciplina na universidade; elaborar políticas acadêmicas, culturais e comunitárias; e, em conjunto à Fundação São Paulo, firmar convênios entre a universidade e entidades públicas ou privadas por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Como ocorre?

A escolha dos novos membros da Reitoria ocorre a cada quatro anos e consta em duas etapas pré-estabelecidas no calendário da instituição. Inicialmente, o alunado, corpo docente e os funcionários votam, enquanto tríplice determinada pela maioria simples (ou seja, a metade mais um), em uma das chapas candidatas. Após a contabilização dos votos, o resultado é indicado ao Dom Odilo Scherer, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Grão-Chanceler e autoridade suprema da universidade.

Scherer tem o direito da escolha final dentre os candidatos. Por não se tratar de uma eleição direta, o processo é chamado de consulta. O Arcebispo recebe uma lista tríplice que, além dos candidatos concorrentes, conta com um terceiro nome indicado pelo Conselho Universitário da PUC (CONSUN).

O comitê é formado pela atual reitoria, a Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery, a vice-reitora Profa. Dra. Angela Brambilla Lessa, os quatro pró-reitores, os dez diretores das faculdades da instituição, e representantes da Fundação São Paulo, como discentes, docentes e funcionários.

“A tradição é que o nome escolhido seja o mais votado”, explica Cypriano. Contudo, o costume foi quebrado em novembro de 2012, quando o Cardeal assinalou a professora Anna Maria Cintra à Reitoria, ainda que fosse a candidata que menos recebeu votos durante a consulta à comunidade na época, atrás de outros dois candidatos.

Cypriano afirma que o Cardeal Dom Odilo Scherer tem contato com a universidade por meio dos padres que ocupam



Plateia composta por alunos e funcionários da PUC-SP no dia do debate

cargos executivos na Fundação São Paulo e compõem o corpo docente da Faculdade de Teologia da PUC-SP.

Qual é a importância da Consulta?

De acordo com o artigo 207, a Constituição Federal garante que a universidade tenha autonomia em termos financeiros, administrativos e pedagógicos. Além disso, não há nenhuma instituição que possa se impor a essa autonomia. “A consulta é o momento em que a voz da base acadêmica se sobrepõe aos interesses administrativos da mantenedora e fortalece o princípio da autonomia”, explica José Salvador Faro, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e docente do curso de Jornalismo na PUC-SP.

O professor considera que a PUC é a principal instituição de ensino privada do Brasil, por seu histórico e permanente engajamento em questões políticas. “Tudo que acontece aqui desponta na imprensa e tem um efeito sério. Uma consulta tem um impacto muito grande pelo caráter político que a universidade tem”, ressalta.

O que a PUC pede?

A permanência dos alunos bolsistas é uma pauta constante do movimento estudantil. Apesar das iniciativas sociais já adotadas pela universidade, os programas voltados aos estudantes bolsistas apresentam algumas carências. A principal queixa é a burocratização do processo de renovação das bolsas.

Além disso, a infraestrutura é uma das demandas apontadas pelos estudantes e também por funcionários. Em entrevista ao **Contraponto**, funcionários expuseram que não há espaços de descanso específicos para o horário de almoço. A demanda dos professores e alunos também estão alinhadas à questão, como problemas gerados pelo calor excessivo em salas de aula com soluções pouco efetivas, como ventiladores barulhentos.



© Beatriz Barboza

As duas chapas concorrentes presentes para apresentarem suas propostas no debate que ocorreu no dia 14 de maio no Teatro Tuca

Condução paulistana reforça a permanência dos mais pobres em suas bolhas cotidianas

Com tarifas a partir de R\$4,40 a presença da catraca em transportes públicos de São Paulo materializa as dificuldades da população no acesso à cidade

Por Flavia Cury e Romulo Santana

O passe livre estudantil, que foi instituído em 2015 durante a gestão Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores), surgiu em resposta à militância de entidades estudantis e civis. O programa estabeleceu o depósito mensal de 24 cotas, permitindo até 8 embarques em ônibus e 2 em metrô diariamente para estudantes de ensino público ou superior – com Prouni ou Fies – e integrantes de programas sociais para famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo.

O coordenador do programa da Mobilidade Urbana do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Rafael Calabria, acredita que as políticas de passe livre são mal organizadas pela falta de recursos, uma vez que o setor de transporte não possui outras fontes de renda além da remuneração por passageiro.

Outro fator que atrapalha, segundo Calabria, é que existe uma pressão das empresas para que a gratuidade seja reduzida com cortes ou, então, pela imposição de maiores limitações de horário, como tem ocorrido com os estudantes nos últimos anos.

“Não é um lugar acessível pra mim”, diz Kelly Santos, 22, técnica em Logística, estudante e aprendiz industrial do ramo alimentício. Ela é moradora da zona leste de São Paulo, mas trabalha na zona norte. Sua visão urbana está ligada aos bairros próximos ao Itaquera, “Tatuapé, Anália Franco, Mooca e Barra Funda são os lugares mais fora do meu cotidiano”, declara a estudante.

Durante a semana, Kelly frequenta seu curso com a meia tarifa – condição para qualquer estudante que não tenha passe livre – ela relata que quando era portadora da gratuidade frequentava cinemas depois das aulas, mas que hoje está restrita às atividades trabalhistas e estudantis. Para ela, a gratuidade deveria ser uma realidade, pois há quem não conheça a cidade por conta do tempo de deslocamento e o valor “exorbitante” da passagem. “De onde venho é normal ver as pessoas pulando catraca quando não tem nenhum segurança vendo”, desabafa Kelly.

A técnica em logística lembra quando ela e seu namorado foram em uma corrida no Autódromo de Interlagos, “parecia que eu estava num filme, nunca tinha entendido tão bem a fala do Mano Brown, a favela é do lado do Morumbi. Foi absurda a quebra de realidade, entender que sou muito pobre e que para piorar tem gente muito mais pobre que eu.”

“São poucos que conseguem sair da Zona Norte”, afirma Bianca Silva de Abreu,

25, estudante bolsista do curso de jornalismo da PUC-SP, freelancer na mesma área e moradora do bairro da Brasilândia – maior favela da zona norte. Usuária do passe-livre desde sua implantação, ela conta que a política pública possibilitou a apropriação da cidade, uma vez que não havia empecilhos no que diz respeito ao transporte. “O estudante tinha ida e volta do lugar onde ele estudava, mas também tinha cotas a mais para ele poder ter acesso à cidade”, ressalta Bianca.

Em 2017, a gestão da prefeitura de João Doria (PSDB), diminuiu de 8 embarques no ônibus no dia, para 4 embarques em 2 horas. Para Bianca, a medida retira a possibilidade de acesso à outras políticas públicas do governo, como o acesso a teatros e museus, “há um abismo, entre o que o passe-livre era e o que ele é hoje, ele deveria possibilitar o acesso a locais que contribuíssem para a sua aprendizagem”.

Hoje, como estudante, Bianca alega que a quantidade de cotas recebidas não é suficiente, levando em conta que elas são contadas para frequentar suas aulas, sendo ela mesma responsável por arcar com o excedente se utilizado para outras atividades, “não é como se todos meus vizinhos conseguissem fazer a mesma coisa”, reforça.

Em 11 de dezembro de 2023, o candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB), anunciou a gratuidade nos ônibus da capital paulista aos domingos e feriados. Na semana seguinte, 19 de dezembro, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), anuncia o aumento da passagem estadual em R\$0,60, passando de R\$4,40 para R\$5 e, na mesma data, Nunes optou por congelar as tarifas do transporte público. O saldo final do embate entre Estado e Município, resultou em ônibus municipais tarifados à R\$4,40 e trens e metrô estaduais por R\$5,00.

Para o coordenador do IDEC, o contexto da ação adotada por Nunes mostra uma tentativa de apoiar uma pauta que a gestão não estava preparada. A pauta do transporte na cidade estava num padrão de cortar benefícios, como o vale-transporte e alguns benefícios dos estudantes, e numa constante redução da qualidade do serviço de ônibus.

A guinada para defender a tarifa zero gerou algumas contradições que ficaram claras, como a má qualidade que se manteve no transporte do domingo, e o aumento da remuneração dos empresários, mesmo sem ter havido aumento do serviço prestado. Ou seja, houve um benefício para a população, mas ele foi mal elaborado.

Bianca acredita no fim das tarifas como uma possibilidade, tendo em vista outros cidadãos que não conseguem acessar inúmeras políticas públicas estatais, como tratamentos de saúde ou até mesmo oportunidades de emprego, pois são impedidos de passar pelas catracas. “Não só no domingo, não só no ano eleitoral, mas de uma maneira integral e universal, na cidade mais rica do país, vislumbro que isso é completamente possível”, conclui a moradora da Brasilândia.

© Multibanco



Segundo a SPTrans, o Terminal Jardim Ângela, construído no extremo sul da cidade pela gestão de Marta Suplicy, atende cerca de 100 mil usuários diariamente por meio de 14 linhas

Infraestrutura do transporte paulistano

Para Calabria, “o serviço de São Paulo tem uma qualidade um pouco melhor que a média brasileira.” Seja em quantidade de infraestrutura, como corredores de ônibus, metrô e trens, seja na qualidade da operação e dos veículos. Isso acontece porque a capital paulista tem uma cultura de subsidiar o serviço e investir mais que o restante do país. Mas, apesar de ser melhor, ainda não significa que o sistema seja suficiente e não tenha defeitos.

O principal problema da operação é a remuneração por passageiro transportado, que estimula a superlotação nos trens. Esse modelo, que ainda é bastante comum no Brasil, leva ao descumprimento de horários e atrasos – muito comuns na capital paulista – e prejudicam a qualidade do serviço para o usuário.

“O investimento em infraestrutura ainda está aquém do que a cidade precisaria”, conclui Calabria. Para ele, é urgente investir em infraestrutura de mobilidade ativa, com ciclovias, calçadas e travessias, pois estes modos de deslocamento são baratos, saudáveis e sustentáveis – ou seja, essenciais para o bom funcionamento do transporte na cidade.

A força das privatizações no Governo de São Paulo

Segundo Secretaria de Meio Ambiente Infraestrutura e Logística, atual gestão estadual estima mais de R\$220 bilhões em capital privado em projetos de concessões e desestatizações

Por Alice Di Biase e Annanda Deusdará

Nos últimos meses, variações de contrato entre o governo estadual paulista e empresas prestadoras de serviço retornaram aos debates de parlamentares e da população. Isso se intensificou quando, em fevereiro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que iniciaram estudos para a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Ainda em dezembro de 2023, o Governo de São Paulo publicou o edital referente à concessão de rodovias. Nomeado “Lote Litoral Paulista de rodovias”, o projeto faz parte do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SP), com 30 anos de contrato e fiscalização pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo ARTESP. Nele, contempla 12 municípios, com 213 km das rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga).

O leilão ocorreu em abril (16), na bolsa de valores brasileira, localizada em São Paulo, e prevê investimentos de R\$ 4,3 bilhões em melhorias nos trechos que ligam o Alto Tietê ao litoral sul. O Consórcio Novo Litoral foi o vencedor e que ofereceu o maior desconto sobre os aportes anuais do Estado.

A privatização de uma rodovia, por exemplo, é considerada com base em fatores que variam desde a importância econômica da via e o volume de pessoas e cargas que circulam por ela.

No entanto, muitas das pessoas afetadas por essas mudanças não as têm conhecimento. Para Mariana Karnakis, estudante da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), apenas tinha entendimento de privatizações e não de concessões, desconhecendo o projeto de Concessão de Rodovias do Litoral. “Tinha que ser mais divulgado para a população, que são os que mais utilizam as rodovias”.

A universitária cursa fisioterapia no Campus de Santos, um dos trechos afetados pela concessão, e faz o trajeto para visitar a família que mora na Capital. Mariana, que demora de 1h30min a 2h para percorrer o caminho, em condições de tráfego normal, conta que muitos de seus colegas saem de São Paulo para Santos todos os dias. “É possível fazer esse trajeto, tenho amigos que fazem, mas muitas vezes eles chegam atrasados por causa do trânsito.” relata a estudante.

Tamara Gaspar, engenheira civil, mestre em engenharia de transportes e ge-



Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas leiloando as rodovias do Lote Litoral do estado

rente da área de Rodovias e Ferrovias da ALG Global do Brasil, explica como funcionam os contratos de privatização: “a concessão ocorre quando os investimentos podem ser cobertos pela receita gerada pelas tarifas de pedágio, já a parceria público-privada é adotada quando é necessário um investimento maior”.

Quesitos como a falta de capacidade financeira do operador público de arcar com programas de manutenção rodoviária e de obras de ampliação de capacidade também determinam o interesse político em desenvolver determinada região. “Assim, além do direito à operação e à geração de receitas, há igualmente aporte por parte do Poder Concedente. No Brasil, geralmente as rodovias são apenas concessionadas, no entanto, a Litoral Paulista se trata de uma Pareceria Público-Privada (PPP)”, explica a engenheira.

Vale ressaltar que as obrigações de ambas as partes variam de acordo com o contrato estabelecido, podendo incluir arranjos de compartilhamentos de riscos para casos particulares, como ocorre no Lote Litoral Paulista. “O plano determina que se a demanda for menor que 10% à prevista na época do leilão, a concessionária será reequilibrada financeiramente, sendo essa uma forma de mitigação de risco” esclarece Tamara.

Comumente, riscos de demanda e de custos de construção são responsabilidade da concessionária, sem garantias de cobertura de custos pelo contratante. Contudo, atrasos ligados a licenças ambientais ou desapropriações podem ser compensados.

Crítérios estabelecidos

A licitação foi feita na modalidade de concessão patrocinada, um modelo de PPP que prevê a concessão de serviços públicos, com cobrança de tarifa aos usuários e a aplicação de recursos pela administração pública em forma de contraprestação. O critério de escolha da concessionária se deu pela empresa que ofertou o maior desconto sobre o valor fixado pelo Governo em R\$199 milhões. Houve duas participantes: a Acciona, que ofereceu 1% e a Novo Litoral, que ofereceu 10,17%, sendo a vencedora do leilão.

Apesar de parecer uma diferença grande, a mestre em engenharia de transportes discorda, “cada uma das empresas fez a sua avaliação do ativo, do potencial de receitas, possíveis investimentos e calculou sua taxa de retorno com base nas premissas adotadas, considerando seu apetite ao risco.” e ainda cita outro leilão, ocorrido em Minas Gerais, onde a diferença foi maior, com a Vetor Norte ofertando 0%, contra 11,20% da EPR.

Segundo o governo, os recursos serão aplicados em melhorias nos dispositivos de acesso e retorno das rodovias, ampliação de vias, atendimento por equipes de socorro mecânico, primeiros socorros e pedágio automático.

O modelo de PPP permite que caso os prazos e parâmetros de qualidade não sejam respeitados, o governo possa penalizar a empresa responsável. Em contrapartida, se as obras obrigatórias forem concluídas antes do prazo estabelecido no contrato de concessão, a companhia pode aumentar a tarifa para o usuário.

© Marcelo S. Camargo



Mapa da localização das rodovias paulistas que foram concessionadas, pelo governador, Tarcísio de Freitas Governo de São Paulo

Esse tipo de incentivo favorece as empresas, mas prejudica a população de forma direta, como os migrantes pendulares e caminhoneiros, e indiretamente com o aumento dos preços das mercadorias transportadas, visto que o preço do pedágio está embutido no produto final. De acordo com dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), atualmente mais de 60% do transporte de cargas no país é realizado através das rodovias, impactando a comunidade como um todo.

Desestatização se acumula

A concessão das rodovias não é a única feita pelo governador. Outros projetos importantes foram o dos parques estaduais (2022) e o da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (2023), que ainda está em andamento.

O projeto da Sabesp é feito a partir da venda de parte das ações que o governo possui e transferência do controle da companhia para a iniciativa privada. Porém, o Estado irá manter um controle acionário entre 15% e 30% e será o único proprietário de ações especiais (*goldenshares*), que dão o poder de veto em votações do conselho gestor da empresa.

As principais obrigações da empresa serão: a redução da tarifa; atender as metas de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico; promover a sustentabilidade dos recursos hídricos; e atendimentos em épocas de estiagem. Segundo o contrato, os trabalhadores da companhia terão garantia de estabilidade por um ano e meio a partir da data da conclusão do processo de desestatização, com exceção de demissões por justa causa.

Entre as concessões dos parques estaduais estão o Villa Lobos e o Água Branca, que a companhia Consórcio Novos Parques Urbanos assumiu em 2022, e é responsável por subsidiar os custos operacionais como a ampliação, manutenção e modernização das estruturas existentes. Para isso, o governo estadual previu que nos primeiros seis anos seriam investidos R\$ 46,9 milhões do total de R\$ 61,6 milhões obrigatórios nessas áreas.

Um ano e meio após a assinatura do contrato de

concessão à iniciativa privada, os parques localizados na Zona Oeste de São Paulo permanecem com problemas encontrados antes da mudança de gestão. No início do mês de março, repórteres do G1 visitaram os dois locais e encontraram problemas básicos de infraestrutura.

No Villa Lobos, as principais reclamações foram a falta de manutenção de quadras esportivas, bebedouros e falta de reforma nos banheiros, que apresentam infiltrações, vazamentos, azulejos quebrados e pichações, além do orquidário Ruth Cardoso, que continua interditado por tapumes.

Já na entrada do Parque da Água Branca é possível ver que a placa com o nome do parque está torta e segurada por vários fios, além de ter os vitrais da fachada quebrados. Mas os problemas continuam dentro do parque. A reportagem do G1 encontrou prédios vedados devido a rachaduras, banheiros deteriorados e três de oito brinquedos infantis interditados há meses no *playground*. Em nota ao jornal, a concessionária informou que “realiza zeladoria frequente nos parques” e que “assumiu há pouco mais de um ano e vem realizando investimentos neste período.”

Pedro Aguerre, frequentador do parque e docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) relata sua experiência: “a cessão para eventos privados gera incômodo para a fauna e a flora e impede que os animais fiquem soltos como acontecia antes”. Ainda, segundo o boletim de abril da Associação de Moradores do Bairro de Perdizes (Amora), “hoje as árvores estão caindo e as edificações históricas ruindo”.

Embate público

Além da concessão das rodovias do lote litoral, está em curso, desde fevereiro,

um plano que pode resultar em 15 projetos de privatizações, PPPs e concessões no Estado. São exemplos: a concessão das linhas 10 a 14 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), trens intercity e linhas do metrô. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) opositores ao governo Tarcísio e as privatizações já se movimentam para questionar as propostas.

Um levantamento feito em abril de 2023 pelo site UOL apontou que as Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda apresentaram 16 falhas como paradas súbitas, problemas nas vias e descarrilhamentos. Os dois ramais são privatizados e operados pela ViaMobilidade. Em contrapartida, as linhas públicas e administradas pela CPTM sofreram apenas cinco falhas no mesmo período.

Outro caso que gerou insatisfação foi o da empresa Enel, privatizada anteriormente à gestão Tarcísio. A empresa é responsável pela distribuição de energia na Capital e deixou 2,1 milhões de pessoas sem luz após as fortes chuvas com ventos que atingiram o Estado, em novembro de 2023. A empresa foi multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R\$165,8 milhões.

Diante de tantos projetos e propostas é possível notar um aumento no interesse privado de muitos governos. A engenheira de transportes concorda, “nos últimos anos, temos observado uma redução dos investimentos em empresas estatais. Essa transição reflete estratégias político-econômicas das lideranças brasileiras”.

Mas os contratos devem ser estipulados com cautela: “ao escolher a privatização, a estruturação das concessões e dos contratos, devem seguir procedimentos que garantam a integridade do processo, visando atrair o interesse do mercado, e buscar proporcionar melhores níveis de serviço aos usuários”, completa Tamara.



Manifestantes do grupo Amora em ato contra a privatização dos parques, no Água Branca

“CHEGA” lidera expansão da extrema-direita em Portugal

Com agenda conservadora e discurso anti-sistema, a atuação parlamentar reacionária quadruplicou em 2024



Líder do CHEGA, André Ventura, propõe renovar Portugal com uma nova direita política

© Antonio Cotrim/Agência EFE

Por Malu Araújo, Pedro Bairon e Vitor Nhoatto

O partido de extrema-direita, CHEGA, foi fundado em 2019 por André Ventura, antigo membro do Partido Social Democrata (PSD) que se desligou para criar a sua própria agremiação política. A associação vem ganhando espaço no cenário político de Portugal com uma postura populista, autoritária, com discursos nacionalistas e xenófobos.

No mesmo ano da sua fundação, a liga concorreu às eleições e apenas um deputado foi eleito. Na eleição seguinte, em 2022, esse número passou para 12. E na última eleição, que ocorreu no dia 10 de março deste ano, foram eleitos 48 deputados da legenda. Atualmente, o CHEGA tem a terceira maior bancada dentro do parlamento.

O doutor em Semiótica pela *Université Catholique Louvain*, Paulo Lencastre, reside em Portugal e explica que, apesar de existir a divisão ideológica do país entre o PS (Partido Socialista) e PSD, que nas últimas eleições concorreu na coalizão Aliança Democrática, não houve nenhum impeditivo para a crescente do partido. “O CHEGA conseguiu muitos votos em todas as regiões de Portugal, penetrando em muitas classes sociais diferentes”, afirma Lencastre.

Bandeira anticorrupção

Os princípios fundamentais do CHEGA trazem forte liberalismo econômico, com a defesa de mínima interferência do Estado e o conservadorismo, com a ideia de valorização da família como núcleo central da sociedade e a promoção de políticas que visam a proteção dos valores tradicionais.

Mas a principal bandeira levantada pelo partido é o combate à corrupção,

tópico que mais impulsionou sua popularidade desde o ano de fundação. O sentimento anti-sistema no país é um dos fatores que ajuda a explicar a popularidade do CHEGA em Portugal. Helcimara Telles, doutora em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

e Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel), explica, em entrevista ao **Contraponto**, que os recentes escândalos de corrupção no país promoveram um terreno fértil para isso.

Um caso que reforçou o poder do CHEGA foi o escândalo nacional envolvendo o líder parlamentar do Partido Socialista (PS), António Costa. O político passou a ser investigado em 2023 pelo Ministério Público de Portugal por corrupção e tráfico de influência. Após a acusação, Costa renunciou ao cargo de primeiro-ministro do país.

Desse modo, a associação de André Ventura tornou-se uma alternativa aos tradicionais partidos portugueses como uma proposta de reforma política devota ao sentimento de descrença na democracia manifestado por parte da sociedade.

Agenda anti-imigrantes

Segundo relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2023, o número de estrangeiros que viviam em Portugal ultrapassou 1 milhão. Dessa marca, os brasileiros lideram o ranking com cerca de 400 mil residentes.

Em entrevista ao **Contraponto**, a brasileira Pamela Monteiro, doutoranda em pós-colonialismo pela Universidade de Coimbra, está no país há quase dois anos e esclarece que os imigrantes contribuem em larga escala para a economia portuguesa. A especialista afirma que eles trazem mais dinâmica ao ocuparem o mercado de trabalho, jovialidade ao setor e contribuições culturais.

Pamela ressalta que a extrema-direita vem difundindo um movimento de “achar um culpado”, por problemas internos que Portugal passa. “O CHEGA tenta colocar a população portuguesa em uma situação

de terrorismo social para que o povo se volte contra os imigrantes. André Ventura traz um discurso de desespero ao dizer que os estrangeiros vão roubar os empregos e as casas dos cidadãos”, diz a doutoranda.

As denúncias de xenofobia contra brasileiros cresceram 505% entre 2017 e 2021. Esse é um balanço da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial portuguesa.

O brasileiro Carlos Cunha, residente em terras lusitanas desde 2018, expõe ao **Jornal Contraponto**, ter presenciado atos preconceituosos em seu trabalho. Ele relata que “um colega português deferiu uma frase racista e xenofóbica para uma cozinheira que trabalha conosco. Ele falou como se fosse apenas uma piada, uma frase que tinha relação com a superioridade portuguesa perante os brasileiros”.

Passado, presente e futuro

O posicionamento autoritário do partido se assemelha ao período ditatorial que Portugal viveu com o Estado Novo. O lema do CHEGA: “Deus, Pátria e Família”, é uma frase herdada do regime de António Salazar, iniciado em 1933 e superado em 25 de abril de 1974 com a Revolução dos Cravos.

Embora exista um acordo histórico entre Partido Socialista Democrata e Partido Socialista para isolar a extrema-direita no país, ainda há fantasmas do autoritarismo. Na Assembleia da República, por exemplo, o deputado Diogo Pacheco de Amorim ocupa uma das quatro cadeiras de vice-presidente do parlamento. Pertencente ao CHEGA, ele é um militante contrário ao movimento que restabeleceu a democracia no país e uma das figuras mais polêmicas do partido. O parlamentar foi acusado de racismo em um artigo de opinião que escreveu ao site CHEGA, em 2019, mas está fora do ar, ao afirmar que são “bem-vindos os de todas as cores, desde que respeitem a nossa cor”, ao se referir a ida de outras nacionalidades à nação europeia.

A sigla faz apelo a propostas de solução imediatistas e ruptivas a problemas complexos como o desemprego, corrupção e inflação, com a criação de leis mais duras para a entrada de imigrantes, privatização do sistema público de saúde do país e maior destinação de recursos para o fortalecimento das Forças Armadas portuguesas. Há 5 anos na política, a associação de Ventura, com pouco mais de 20% de participação de outros partidos, ainda segue sem ter poder suficiente para aprovar projetos sozinho no parlamento.

Aquele que tem menos, sofre mais

Entenda como o estilo de vida dos ricos têm afetado o meio ambiente

Por Ana Julia Mira e Sara Gouvêa

Enquanto os civis sofrem cada vez mais com o impacto das mudanças climáticas, a parcela dos mais afortunados continua ileso e polui o ecossistema de forma irreversível. Grupos de ambientalistas criticam os hábitos desta minúscula parcela social. Um deles é o consumismo, que busca por exclusividade – assim se define a aviação privada, grande emissora de CO₂.

Pautados pelo individualismo, extravagância e com um estilo de vida sem limites, aqueles que detêm grande força monetária são também poderosos agentes poluentes. No geral, essa classe, com seus jatos particulares, percorre distâncias curtas, com o número reduzido de passageiros (quando comparado a voos comerciais).

Danos irreversíveis

O CO₂ é um dos principais gases causadores do efeito estufa. No entanto, em praticamente toda ação antrópica, a emissão desse poluente se dá em excesso, o que colabora com o aquecimento global e outra série de consequências negativas em relação ao meio ambiente.

Para Marijane Vieira Lisboa, socióloga e coordenadora do curso de Ciências Socioambientais da PUC-SP, no atual cenário, medidas precisam ser tomadas para frear a escalada de eventos climáticos extremos. Entretanto, uma regressão já não é mais possível. “Mesmo que paremos hoje de emitir GEEs [Gases de Efeito Estufa], desastres como os ocorridos em maio deste ano no Rio Grande do Sul vão ser cada vez mais frequentes e violentos”, explica.

Desproporção nos impactos

Todavia, as intempéries do clima afetam de maneira desigual a medir pelas classes sociais. De acordo com o relatório “Igualdade Climática: um Planeta para os 99%” divulgado pela Oxfam Brasil, 1% das pessoas mais ricas do mundo foram responsáveis por 16% das emissões globais de CO₂ em 2019. Essa quantia equivale à emissão das 5 bilhões de pessoas pertencentes a classes baixas. Segundo o levantamento, essa porcentagem seria suficiente para causar a morte de até 1,3 milhão de indivíduos por excesso de calor.

São as pessoas vulneráveis economicamente que sofrem em primeiro lugar, e em maior grau, com os impactos climáticos. Aqueles que usufruem o transporte público diariamente, que vivem nos centros urbanos ou em áreas de risco, por exemplo, não possuem refúgio ou opção de uma mudança de perspectiva. Enquanto isso, os mais ricos se mantêm fora dessa realidade, visto o privilégio de viverem em áreas nobres e terem acesso a outros meios de transporte, como os próprios jatinhos. Isso os livra das problemáticas que o estilo de vida extravagante contribui em peso para formar.

Os impactos da aviação particular

De acordo com dados da ONG europeia Transport and Environment (T&E), os jatos particulares podem ser de 5 a 14 vezes mais poluentes (por passageiro) que os aviões comerciais. Em comparação mais grave, uma aeronave privada já emite em cinco horas o equivalente ao que um cidadão médio da União Europeia emite o ano todo.

Além dos grandes empresários do Vale do Silício, como Elon Musk, Jeff Bezos e Mark Zuckerberg, as celebridades internacionais são as maiores clientes dessas aeronaves executivas. Em 2023, um estudo da Yard, empresa focada no uso de aeronaves por artistas, constatou cerca de 170 voos em apenas seis meses.

Um exemplo mais conhecido é a cantora pop Taylor Swift, que já se envolveu em polêmicas relacionadas ao assunto. Os dados divulgados pela Yard apontam que a artista lidera o ranking de estrelas que mais emitiram gases poluentes em 2022, com cerca de



© Getty Images

Os ricos utilizam dos jatos particulares para qualquer trajeto, independente da distância

8.293,54 toneladas de CO₂ lançadas à atmosfera. Sua defesa se limitou a afirmar que a aeronave foi usada por outras pessoas durante o período analisado pela pesquisa.

Créditos de Carbono

Um acordo que visa reduzir a emissão dos GEE, abraçado por setores da economia como a aviação e a indústria civil, é o Protocolo de Kyoto, que atribui a cada país um determinado limite de emissões a cumprir. Quando se emite menos CO₂ do que o estipulado como meta, contabiliza-se um crédito desses excedentes, os quais podem ser vendidos para os que extrapolarem esses limites.

Em dezembro de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. A decisão regulamenta o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), e aguarda aprovação do Senado.

Mudanças de rumos

A compra de créditos pode ser benéfica, mas o impacto é difícil de medir. Mesmo que a natureza transforme o carbono naturalmente, o processo é muito lento para remediar o planeta em tempo útil. Além disso, ainda é um mercado caro e não substitui a necessidade de diminuir as emissões de carbono diretamente.

Lisboa acrescenta que ações amplas devem ser tomadas para que os impactos não piorem. “No caso do Brasil, mais urgente do que reduzir o transporte movido à petróleo é reduzir o desmatamento da Amazônia e do Cerrado. A Amazônia captura, e depois envia chuvas para o sul. E, no Cerrado, nascem a maior parte dos grandes rios brasileiros que correm para sul, oeste e nordeste”, explica.

Segundo a docente, é necessário aumentar a produção de energias renováveis, como a eólica e solar, e adotar meios de transporte mais eficientes, como os coletivos. Apesar dessas medidas importantes, é preciso romper com a lógica antiambiental da sociedade para que, de fato, a mudança seja efetiva.



© NASA

A poluição emitida pelos jatinhos produz graves efeitos ambientais

Rio Grande do Sul e o maior desastre ambiental de sua história

O que explica a tragédia que afetou 95% dos municípios gaúchos, e como ações efetivas são mais urgentes do que nunca



Em meio a toda a destruição, voluntários ocupam as ruas que viraram rios, em Canoas no Rio Grande do Sul

Estado. E como cenário de guerra, vai ter que ter também um pós-guerra”.

Em entrevista ao **Contraponto**, o professor de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

(PUC-RS) Jaime Federici Gomes, aponta a ausência de um plano de ação emergencial para lidar com desastres desse porte, a falta de manutenção das obras existentes de defesa contra cheias e o engavetamento dos projetos de defesa contra enchentes nas cidades do RS, como as principais falhas do poder público para a prevenção desses acontecimentos.

Além disso, em março de 2024, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL-RS) aprovou mudanças no Código Ambiental do RS, que flexibilizou regras ambientais para a construção de reservatórios e barragens dentro de áreas de preservação permanente. O projeto foi sancionado por Eduardo Leite no início do mês de abril.

Em entrevista ao programa Roda Viva, exibido pela TV Cultura no dia 20 de maio, no entanto, Leite afirmou que não houve diminuição de proteção de áreas florestais e de preservação, e completou dizendo que o Código anterior era do ano 2000 e foi necessária a reformulação de alguns pontos para a adequação às Leis Federais.

Configuração da região e eventos climáticos

Os temporais que se seguiram – resultado da interrupção do ciclo de ciclones extratropicais com frentes polares e os efeitos das mudanças climáticas – levantaram os rios a níveis sem precedentes, causando inundações em massa.

Em Porto Alegre, o lago Guaíba atingiu novo recorde, ultrapassando 5,30 metros e a Lagoa dos Patos onde desagua, também, inundando as cidades ao seu redor. Essa elevação é atribuída a uma combinação de fatores climáticos adversos e características geográficas específicas da região.

As chuvas intensas e prolongadas que atingiram o estado foram o principal contribuinte para o aumento dos níveis de água. Entre o final de abril e o início de maio, várias regiões da bacia hidrográfica

que alimenta o Guaíba registraram precipitações excepcionalmente altas, variando de 300 a 700 mm. Esse volume corresponde a aproximadamente um terço da média anual em apenas alguns dias.

Muitos rios que deságuam no Guaíba têm suas nascentes na Serra Gaúcha e fluem em direção às áreas mais baixas, como a região da Lagoa dos Patos, onde está a capital. A topografia acidentada e de elevações consideráveis dá origem a alguns outros rios da região. Durante o período chuvoso, portanto, a água desce, e se não drenada adequadamente ao oceano, devido aos ventos e volume excessivamente alto de chuva, como ocorrido, formam-se inundações.

Segundo Tiago Fuoco, formado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre na área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o que está acontecendo no estado não são apenas as inundações. “As enchentes acontecem na região mais baixa que é a depressão periférica, quase ao nível do mar, mas na Serra Gaúcha o problema tem a ver diretamente com o deslizamento de terra”.

As estradas foram bloqueadas por conta de desmoronamentos, como a BR-116, que corta o país do Sul ao Nordeste. Áreas ficaram totalmente isoladas e o abastecimento de alimentos, água e luz foi interrompido também em parte do estado.

Ainda de acordo com Fuoco, a Serra Gaúcha, funciona como um tapeamento, segurando as chuvas na região da capital. Formadas a partir do encontro da massa de ar frio vinda do Sul, combinada ao fluxo dos rios voadores do Norte do país e a massa de ar quente da região Sudeste, as chuvas têm dificuldade de dispersão com



Desmoronamento na altura do km 45 da ERS-122, entre São Vendelino e Farroupilha

Por João Pedro Stracieri, Khauan Wood, Pedro Bairon e Vitor Nhoatto

O fim do mês de abril deste ano marcou para sempre o povo do estado do Rio Grande do Sul (RS). Um evento climático sem precedentes, chuvas torrenciais que deixaram todo o território gaúcho debaixo d'água e ocasionaram uma série de deslizamentos de terras. Os moradores de cidades como Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, entre tantas outras, se viram desolados, sem suas moradias e ilhados, cercados apenas por água.

De acordo com relatório da Defesa Civil, divulgado na noite do dia 23 de maio, mais de 2,3 milhões de pessoas foram atingidas pelas graves enchentes e 469 dos 497 municípios foram afetados de alguma forma. Tal cenário já se enquadra como o pior desastre natural da história gaúcha, superando as cheias de 2019, os três episódios de enchentes de 2023, em junho, setembro e novembro, além da maior até então em 1941.

O princípio dos temporais se deu no dia 27 de abril, quando municípios da região do Vale do Rio Pardo registraram altos índices de chuvas, acompanhados de granizo. O que no dia seguinte fez com que o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), emitisse um alerta laranja para os riscos de tempestades. Já no dia 29, o alerta mudou de cor e passou a ser vermelho, aumentando a gravidade da situação.

A situação se alastrou rapidamente e no dia 30 de abril, as primeiras mortes pelas enchentes foram anunciadas. Em 5 de maio, o governador do estado Eduardo Leite (PSDB) disse, em coletiva de imprensa, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (PT) que o RS precisará de um plano semelhante ao que reergueu a Europa após a 2ª Guerra, o chamado Plano Marshall. “É um cenário de guerra no

as montanhas. Além disso, os bloqueios atmosféricos e a intensa poluição no Sudeste pioram a dissipação das nuvens, que tem castigado a região gaúcha.

A questão climática

A pauta ambiental começou a ser discutida com profundidade em 1972, com a Conferência de Estocolmo. O evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi a primeira reunião de líderes com foco ambiental. No Brasil, movimentos voltados à questão ganharam força na década de 80, principalmente após a redemocratização. Alguns marcos são a fundação da ONG SOS Mata Atlântica em 1986 e a criação do Partido Verde (PV) no mesmo ano.

Nas décadas seguintes os movimentos se intensificaram. Na COP-92, realizada no Rio de Janeiro, constata-se que o modelo de desenvolvimento voltado à exploração máxima dos recursos naturais por lucro é insustentável. Em 2002 e 2012 a conferência volta a ocorrer na cidade carioca e cada vez mais estudos científicos destacam a interferência humana como ponto crucial no aquecimento do planeta e suas consequências.

Apesar de décadas de discussões, o tema ainda é relegado a segundo plano, e foi ignorado na tragédia corrente, como defende Jaime Federici. “A cheia de 2024 no RS é um marco na questão da mudança climática no Brasil e já demonstra a falta de planejamento e preparo para lidar com as suas consequências”, afirma.

De acordo com relatório da Organização Meteorológica Mundial, administrada pela ONU, apenas em 2023 aconteceram no Brasil, 12 eventos climáticos extremos, dois deles sem precedentes. Caracterizados como episódios críticos à sobrevivência humana, tais fatalidades vão desde secas mais severas e temperaturas e irradiação solar altas, até chuvas torrenciais e tempestades de gelo.

Em relação à precipitação no Brasil, as consequências das mudanças climáticas preocupam e já são presentes no cotidiano, como aponta estudo de 2024 sobre as mudanças do clima no Brasil nas últimas décadas, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) a pedido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Houve nas regiões mais ao Norte do país, diminuição de até 40% no volume de chuvas entre 2011 e 2020 quando comparado ao período entre 1961 e 1990. Enquanto isso, nos estados do Sul do Brasil, o volume de chuvas aumentou em algumas regiões até 30%. O relatório ainda destaca que além de maior o volume, a sua precipitação passou a ocorrer de maneira mais concentrada, como o ocorrido em setembro de 2023 no RS com um ciclone extratropical.

No ano passado, o Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima (IPCC) apontou pela primeira vez relações diretas entre as ações humanas e o aumento na precipitação no Sudeste da América do Sul,

região que engloba o estado gaúcho. A instituição formada por cientistas de todo o mundo e administrado pela ONU frisava previsões climáticas anormais, que culminariam na ocorrência de enchentes na região, ainda em recuperação após as inundações em 2019 no Vale do Taquari e em 2023.

São muitas as ações humanas responsáveis pelo o que se vive hoje, sendo no Brasil a agropecuária e consequentemente o desmatamento, as principais, como aponta o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), iniciativa do Observatório do Clima desde 2012. A mudança de terras florestais respondeu em 2022 por quase 50% do total emitido e o setor pecuarista por cerca de 26%.

Nesse cenário, o Rio Grande do Sul é um dos principais pólos de produção agropecuária, e isso reflete nas consequências presenciadas pelas secas e inundações. Segundo o Mapa de Cobertura Vegetal produzido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o estado possui apenas 7% da cobertura original de Mata Atlântica preservada e menos da metade em relação ao bioma predominante na região, o Pampa.

Em entrevista exclusiva ao **Contraponto**, Rodrigo Jesus, porta-voz da frente de Justiça Climática da ONG Greenpeace Brasil explica como o modelo pecuarista amplamente difundido afeta o estado e propicia o cenário trágico vivido. “O uso intensivo da pecuária e monocultura de soja influencia diretamente na compactação do solo e impermeabilização, resultando no aceleração do escoamento superficial, provocando enxurradas e alagamentos. Esse modelo de desenvolvimento que desmata, empobrece o solo e emite gases de efeito estufa é completamente insustentável”. Ele ainda acrescenta que o desmatamento na Amazônia, região onde se formam os rios voadores, implica em mudanças no ciclo hidrológico de todo o país.

Soluções para prevenção de futuras inundações

Enchentes devastadoras não são fenômenos exclusivos do Rio Grande do Sul e mudanças na configuração socioeconômica e espacial se mostram necessárias. Grandes cidades ao redor do globo são atingidas por desastres, mas muitas delas buscaram alternativas para lidar da melhor forma com essa questão cada vez mais recorrente.



Parque dos Manguezais em Sanya, China é um exemplo de "esponja" urbana

A capital japonesa, Tóquio, sofria por problemas parecidos há poucas décadas. Em 1992 o governo japonês começou a construção do programa G-Cans, sistema de canalização subterrânea idealizado pelo Instituto Japonês de Tecnologia e Esgoto. O projeto possui silos de armazenamento interligados por túneis subterrâneos. Sua peça central é uma câmara de controle, que, quando o nível dos rios ao redor da cidade sobe, a água é desviada para esses locais, evitando que transborde e cause inundações na cidade, bombeando a água diretamente ao rio Edo.

Outra alternativa é o projeto chamado de “Cidades Esponja”. Criado pelo arquiteto e urbanista chinês Yu Kongjian no início dos anos 2000, que envolve o uso de infraestruturas naturais e artificiais para absorver, armazenar e filtrar a água da chuva, como áreas verdes e bolsões, reduzindo enchentes e aproveitando os altos níveis de precipitação.

Cidades chinesas, além de Filadélfia nos EUA e Roterdã na Holanda, implementaram tal modelo e melhorias são percebidas. Em Wuhan, por exemplo, áreas convertidas em esponjas reduziram a frequência de inundações urbanas em até 70% durante tempestades intensas, segundo o Ministério dos Recursos Hídricos Chinês (MWR). Além disso, de acordo com pesquisas feitas na Universidade de Houston, a qualidade da água melhorou, com menores índices de poluição em rios e lagos urbanos nas cidades estadunidenses com a implementação do modelo.

No caso do Rio Grande do Sul, antes de se pensar em novas construções, urge-se que os sistemas anti-enchentes já presentes recebam a devida manutenção. Além disso, as inegáveis mudanças climáticas em nosso planeta, impõem um novo presente no cotidiano. São várias as mudanças pontuais e sistêmicas necessárias, e essas devem ser aplicadas rapidamente, como destaca a ciência e cada vez mais os noticiários.

“Eu me chamo Brasil”: A moda urbana nacional ganha espaço em semanas de moda na Europa

As roupas de rua propõem uma nova visão sobre a cultura brasileira no cenário internacional e carregam a história de comunidades marginalizadas

Por Bruna Domingos, Chloé Dana, Helena Haddad e Pedro Menezes

O *streetwear* surgiu nos anos 1970 como forma de expressão nas ruas dos Estados Unidos. O estilo cresceu graças a grupos como do skate, hip hop e grafite, com as roupas representando um movimento de subversão ao convencional. No Brasil, o estilo aparece posteriormente e, hoje, se fortalece com a criação de marcas nacionais que são responsáveis pelo crescimento do mercado no país. Elas propõem a ascensão da cena nacional e representam comunidades marginalizadas.

“É a expressão da contracultura, um *lifestyle*, antes de ser uma estética ou *trend*”, define Rafaela Sayuri, cofundadora da CLASS, uma das maiores marcas nacionais de *streetwear*. “É o que você é e consome. Música, arte, gastronomia, cinema, lugares e experiências”, reforça.

Em meio aos desafios da indústria e à desvalorização da produção brasileira, a marca conseguiu destaque. “A CLASS foi precursora da nova geração do mercado ao adotar a identidade brasileira, como gráficos e cores, curiosidades e piadas internas”, destaca a designer. “Temos muito orgulho daqui, queremos homenagear sempre que possível”. A busca dessa identidade foi o impulso para o coletivo composto pelas marcas Carnan, CLASS, Mad Enlatados, Quadro Creations, Sufgang e Pace ir a Paris reivindicar espaços na moda.

Je M'appelle Brasil

Com a intenção de mostrar para o mundo que a moda brasileira vai além de um estereótipo e que existe uma estética autoral, Samir Bertoli idealizou o “Je M'appelle Brasil”, um *showroom* feito na semana de moda masculina de primavera/verão 2024 de Paris, organizado por seis marcas nacionais. O evento foi uma fusão entre moda, música e artes plásticas. Sayuri considera que essa é uma oportunidade de mostrar algo além do samba ou futebol. “Uma experiência 360° da nova identidade cultural brasileira, autêntica e conectada com a realidade do país”, descreve.

Embora essas características representem aspectos importantes da cultura, elas podem limitar a percepção internacional. A cofundadora e diretora criativa da CLASS compara o evento à Tropicália, um movimento cultural dos anos 1960 que buscava fundir a tradição brasileira com tendências estrangeiras da época. “Na minha concepção, foi como furar a bolha e atingir outros países usando essa vitrine em Paris”, explica.



Poster de divulgação do “Je M'appelle Brasil”

O fenômeno “Brazil core”, que consiste no uso das cores da bandeira brasileira, apareceu no radar internacional e chegou a ser publicado na *Vogue França* pelo editor Alexandre Marain, que via o “Brazilian Aesthetic” (estética brasileira, em português) como um estilo promissor para o verão europeu. Na época, uma camiseta com a estampa “Belo Horizonte” começou a ser vendida na rede de *fast fashion* Bershka. E, no último show da *Celebration Tour*, no Rio de Janeiro, Madonna utilizou uma releitura do seu icônico body da Jean Paul Gaultier que, de acordo com a *Harper's Bazaar*, evocou a tendência.

O Je M'appelle Brasil e a tendência “Brazil Core” causaram impacto pelo mundo, e desafiam percepções antigas ao ultrapassarem a superficialidade. Pela fusão de influências culturais e experiências particulares, cria-se uma identidade verdadeiramente brasileira, transformando elementos comuns e marginalizados em arte.

No ano passado, o evento apresentou um *pocket show* do rapper Kyan, com a presença da dupla Tasha e Tracie, e do DJ MU540, faces que ilustram as origens periféricas e o futuro do *streetwear*. Sayuri destaca que a vivência é parte importante para a construção desse estilo nacional. “Nossa missão é elevar a nossa autoestima”, afirma. “Queremos atrair o desejo de pesquisar sobre vários assuntos, movimentos históricos e curiosidades [sobre nossa cultura]. Esse ano, teremos outra edição do Je M'appelle Brasil ocupando a semana de moda de Paris”, adianta a diretora criativa da CLASS.

Provoke Society

A Mad Enlatados, nascida em 2019, produziu uma edição limitada de bonés com o monograma da Gucci e o nome da marca bordados. O item foi disponibilizado por 250 reais e esgotou completamente – mesmo a venda sendo apenas realizada presencialmente. Hoje, o produto pode ser encontrado em sites de revenda por até 700 reais.

A marca tem o humor satírico e críticas sociais incorporados em sua comunicação e criações. O lançamento do acessório abriu uma série de discussões nas redes sociais, onde havia consumidores desaprovando a posição, enquanto outros entendiam como uma crítica à condenação da pirataria. O debate questionou se a pirataria atua como uma ferramenta inclusiva em um meio em que a exclusividade de consumo é usada como forma de valorização. Isso denuncia uma das características das “roupas de rua” de ser contracorrente e uma ferramenta de provocação.



Boné “Gussi” feito pela MAD Enlatados

Tribo urbana

De acordo com dados da Offerwise divulgados pela Globo, os consumidores de moda já possuem entre 2 e 3 marcas ou lojas preferidas para comprar roupas. Contudo, 32% dos consumidores não possuem uma preferência, ou seja, a categoria não tem um público fiel. As marcas de *streetwear* no Brasil vão em contrapartida ao trabalharem com *drops*, coleções que são postas à venda de acordo com a estação e suas peças se tornam mais cobiçadas pelos consumidores. Bonés da CLASS, bolsas da MAD ou da Quadro Creations esgotam rapidamente, por exemplo.

A cena nacional tem clientes leais. Sayuri confere a isso a capacidade das mar-



© Alek Katar

Edição 2023 do evento "Je M'appelle Brasil" na França

cas de reconhecer seu público e gerar uma tribo consumidora, que nutre a própria cultura. "Apaixonado, crítico, subversivo", é como a designer da Class define seu público. "Temos uma comunidade muito crítica e engajada. Sinto como um despertar no consumidor", explica.

Os clientes se vêem representados nas identidades empregadas nas coleções, o que as torna atraentes e aumenta a aderência. Por isso, o valor de revenda de peças de outras estações é alto. Quanto mais antiga a coleção, mais rara ela é e mais cara é revendida. Além de existirem clientes que buscam peças específicas em grifes de luxo, também há grupos no Facebook, que acumulam mais de 25 mil membros, com o intuito de comercializar peças de coleções anteriores dessas marcas brasileiras.

Dificuldades de produzir moda no Brasil

Ainda retratado como país de "terceiro mundo", a indústria nacional encontra dificuldades para ascender no mercado global. Além de tecnologias que ainda não se enraizaram nas terras brasileiras, o alto custo de materiais e da mão de obra são fortes impeditivos para maiores investimentos e cases de sucesso.

A informalidade também é uma característica do setor, com problemas como a descentralização e a fragmentação das produções. Outro aspecto é o baixo lucro, o que impossibilita o investimento e a capacitação. Quem é qualificado opta por trabalhar com grandes marcas que compensam o baixo retorno com o volume exorbitante a ser produzido.

A maior parte da demanda é do *fast fashion*, que se baseia em uma produção

rápida e em grande quantidade de roupas. Nesse sistema, uma coleção é lançada e substituída toda semana, além do consumo e o descarte de peças serem maiores e rápidos, por apresentarem menor vida útil.

O *slow fashion* surgiu com a ideia de diminuir os danos de uma produção desenfreada, e engloba um consumo mais consciente através da prática da economia circular. Com isso, além das roupas não serem descartadas ao final do processo, já que promove a reutilização desses produtos por parte de um novo consumidor, o processo enfatiza a importância de um consumo consciente para preservar a sustentabilidade.

A indústria fashion no Brasil está sendo desbravada diariamente. Sayuri considera que a criatividade não é o problema, e sim tirar as ideias do papel. Além disso, ela se divide entre as funções administrativas e criativas, o que torna um desafio lidar com o crescimento ordenado da empresa. Conforme a escala aumenta, é exigido o surgimento de novos protocolos e a formação de um time capacitado para essas mudanças é essencial.

A semiótica do streetwear

Streetwear e arte estão intrinsecamente ligados em uma relação de influência mútua e de inspiração. Essas expressões refletem os elementos estéticos da arte urbana ao incorporarem temas e símbolos em suas criações, criando um diálogo visual. Quem cria essa moda vem desses espaços, como artistas visuais, designers e ilustradores que criam estampas exclusivas para suas coleções. A CLASS, por exemplo, tem como marca registrada a chave, vista nos muros dos

chaveiros, e a pipa, elementos inerentes da periferia.

A música e a dança são outros pontos de referência que fortalecem o uso das roupas de rua. O hip hop chegou ao Brasil na década de 1980 e sua primeira manifestação promoveu o *break*. Através de uma postura política e social, o movimento usa as ruas como seu principal palco. Como qualquer grupo artístico, existe uma busca por identidade e individualidade, e as roupas e os acessórios que compõem o movimento cumprem essa função.

A moda hip hop usa roupas largas e despojadas ao seu favor, ajudando na movimentação e no efeito visual durante a dança. Em São Paulo, o estilo ganhou muita atenção, especialmente no bairro São Bento, onde os moradores de comunidades iam para batalhas de dança organizadas, marcando sua presença artística.

"Quem usa esse estilo são pessoas que se identificam, que vêm da comunidade, da favela e do bairro", explica o professor de dança e coreógrafo, Julio Lima. "Tudo depende de como essa pessoa cresceu e de como vivenciou o *streetwear*. Ela vai consumir ainda mais se estiver perto disso", destaca.



Comunidade hip hop dos anos 1980, no metrô de São Paulo

© Revista Vice

Ensaio fotográfico

Teatro Oficina recebe nova temporada do espetáculo 'Mutações de Apoteose'

Por Geovana Bosak

Para celebrar seus 66 anos de história, o Teatro Oficina recebeu a nova temporada do espetáculo musical 'Mutações de Apoteose'. A peça narra histórias de travessias e metamorfoses, apresentando a performance em estado de feitiçaria e ficção cósmica, misturando personagens humanos, não-humanos, elementos naturais, seres encantados e inteligência artificial. Dirigida por Camila Mota, a peça foi a primeira produção da companhia sob a direção de uma mulher.

Com 100 pessoas na ficha técnica, o espetáculo é dividido em dois atos e traz inspirações de 'Os Sertões', obra de Euclides da Cunha sobre a Revolta de Canudos e "Odisseia Cassilda", de José Celso Martinez. Além disso, também aborda reflexões sobre questões políticas e climáticas, homenageia Zé Celso e evoca o anseio e a luta pela criação do Parque do Rio Bixiga.





Descentralizando o palco: Virada Cultural se expande e ocupa todas as regiões da capital paulista

Evento anual busca democratizar acesso à cultura com shows, performances, atividades e oficinas em toda a cidade

Por Marina Laurentino, Thainara Sabrine, Thayná Patricia Alves, Vicklin Moraes e Victória da Silva

São Paulo é o município que mais recebe investimento para a cultura. Segundo a Câmara Municipal da cidade, só no ano de 2024 o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura será de R\$818,05 milhões, e essa aplicação tem como alguns de seus objetivos de “implementar e avaliar a política de cultura; integrar e fortalecer o intercâmbio entre centro e periferias; e desenvolver a formação de público e a ampliação do acesso da população às manifestações culturais promovidas pela pasta”.

No contexto prático, a descentralização da cultura é democratizar recursos, estrutura e manutenção de manifestações que não estão concentradas no território onde a maioria do investimento é distribuído. É um fato que esse investimento movimenta muitas ações culturais em São Paulo, mas em quais territórios isso acontece?

Segundo o Mapa da Desigualdade 2023, percebemos que a distribuição de equipamentos públicos de cultura em regiões periféricas é significativamente menor do que em áreas centrais. No centro histórico de São Paulo, por exemplo, existem pelo menos cinco equipamentos municipais públicos de cultura em um perímetro de 1,2 km, enquanto o Capão Redondo não possui nenhum equipamento público municipal de cultura, mesmo sendo um dos territórios mais efervescentes culturalmente.

Os Investimentos nos Equipamentos Periféricos

As casas de cultura são equipamentos municipais públicos e geralmente estão localizados em territórios periféricos. São exemplos de políticas culturais descentralizadas, pois desenvolvem um trabalho mais longe do centro, ainda que enfrentem desafios cotidianos como falta de funcionários, falta de manutenção e precariedade de equipamentos.

A produtora cultural na periferia da zona sul, articuladora territorial e multiartista Nicolý Soares acredita no potencial desses equipamentos como potencializadores de cultura nas periferias, mas percebe uma desproporcionalidade no investimento: “as casas de cultura recebem R\$30 mil para realizar uma programação mensal [...] O quanto isso é real? O quanto desvaloriza o fazer cultural periférico?”.

As casas de cultura surgem como um grito de movimentos periféricos, que lutam pela existência de espaços públicos ocupados devidamente por pessoas residentes de suas respectivas regiões. Criadas em 1992, a partir da Lei nº 11.325/1992, vêm sendo construídas a partir da restauração de espaços já existentes, e o ideal é que sejam ocupadas por programações que estejam diretamente relacionadas com essa parte específica da população e fomento a coletivos que já movimentam atividades de alguma forma.

O gestor e produtor cultural de projetos na periferia da zona leste Uil Ribeiro acredita que o melhor caminho para descentralização da cultura é investir em mais equipamentos que possuam essa proposta. “Acredito na existência de mais espaços culturais, fomentados tanto pela Secretaria Municipal de Cultura, quanto pela Secretaria de Cultura do estado, dentro dos territórios periféricos, porque o que a gente vê não é isso. Tem territórios que não tem nenhum equipamento municipal, como o Capão Redondo”, declara.

É possível reconhecer a importância da existência de lugares que assegurem a movimentação territorial. O fazer cultural e artístico também proporciona geração de renda e emprego, e ter espaços de cultura que entendam a importância disso é essencial para o cumprimento da descentralização. Soares afirma que “a primeira coisa que podem fazer é nos reconhecer como artistas, enxergar o fazer artístico nas quebradas, com a qualidade que tem, para além dessa noção de que é um favor”.

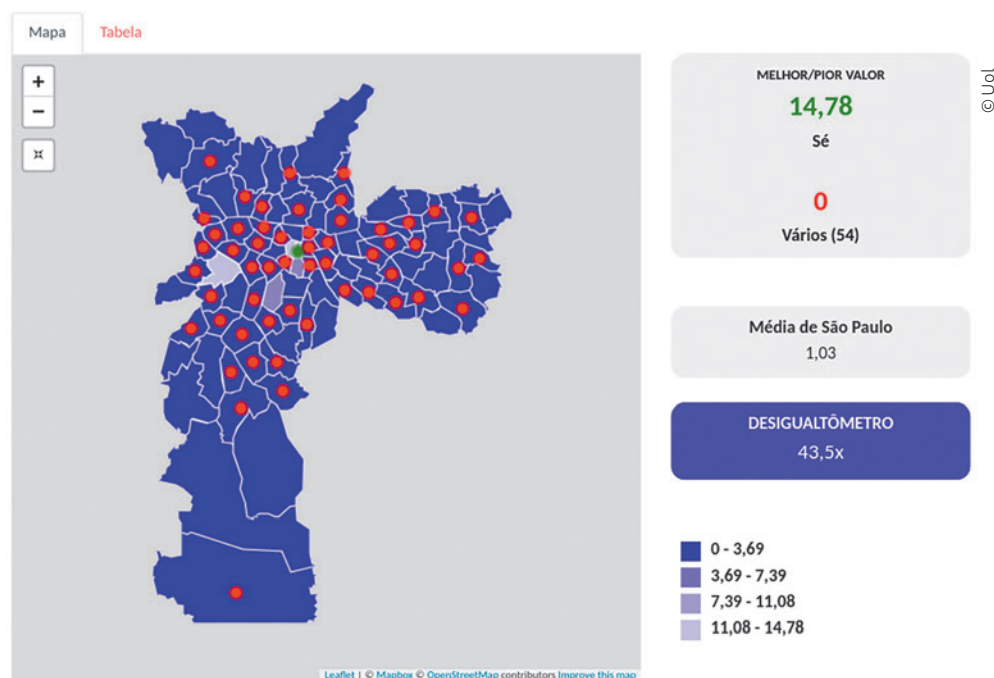
Fomentos, editais e burocracias

Um outro caminho para tentativa de descentralização de recursos culturais, são os editais e fomentos direcionados. Também fruto da luta popular, a maioria dos editais funciona como um vestibular. Os coletivos, artistas e movimentos precisam escrever uma proposta e a que melhor se encaixar nas diretrizes da publicação recebe uma verba para realização de seus projetos artísticos.

O município de São Paulo possui três editais que priorizam o fomento à cultura periférica, sendo eles, o VAI I e II e o Fomento à Cultura da Periferia. Os editais buscam por projetos que atuem nos territórios de forma efetiva e que proporcionem retorno e continuidade às articulações.

Ao todo, no ano de 2023, foram R\$27.490.000,00 (vinte e sete milhões quatrocentos e noventa mil reais) investidos nessas edições e 198 projetos periféricos contemplados. Os editais abrangem projetos de múltiplas linguagens e expressões artísticas, e apesar de apresentarem um caminho para descentralização, possuem pontos que também podem ser encarados como impeditivos de acesso.

Soares é concorrente nesses editais e explica que os trâmites podem se apresentar como um grande empecilho para os artistas e fazedores de cultura das periferias: “É uma burocracia que a gente tem pra acessar recurso e o pouco recurso que vem pra gente acessar é desproporcional”.



Mapa da desigualdade 2023 mostra pontuação referente a distribuição de equipamentos públicos de cultura



© acervo da casa de cultura

Casa de cultura do M'boi mirim, extremos sul de são paulo

A artista e produtora também reitera que o valor investido nesses editais não supre a quantidade de projetos que surgem em regiões periféricas, e usa como exemplo o edital Fomento à Cultura da Periferia: “o auxílio apoia os que já existem independente deles. Isso é difícil para projetos novos se estabelecerem, porque a política pública está interessada em projetos que já se sustentam”.

Virada Cultural – Uma tentativa de descentralização

Em 2024 a Virada Cultural aconteceu nos dias 18 e 19 de maio e teve um *line-up* diversificado. De acordo com dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo, o evento seguiu o formato de arenas e se distribuiu nas quatro regiões da cidade, sendo 22 palcos no total.

Tradicionalmente, a Virada Cultural acontecia no centro de São Paulo com eventos espalhados pela área e os maiores palcos sendo no Anhangabaú, São Bento, Avenida Ipiranga e Praça da República. Esse formato facilitava a locomoção do público de um show para o outro, já que todos os palcos estavam a poucos minutos de distância um do outro, trazendo paulistas de todas as regiões para ocupar o centro e ver os shows.

Apesar da importância da descentralização da cultura e da nova dinâmica do evento, Victor Camargo, aluno de direito na USP e espectador da Virada, aponta uma das principais críticas relacionadas a esse novo formato do evento: a locomoção. Segundo o estudante, a ideia de ter diversos artistas em várias regiões da cidade é muito boa, mas é inviável participar de todos os shows, gerando uma quebra de expectativa naqueles que gostariam de comparecer a mais de um.

Em 2023, já com esta estrutura, Camargo não conseguiu ver os artistas que desejava. “O horário é ruim porque, por exemplo, o show do Baco Exu do Blues iniciaria às 16h, mas começou às 17h30 em Itaquera e o do Emicida seria às 20h na Brasilândia. É impossível ir em mais de um”, afirma ele.

Por outro lado, o formato descentralizado pode proporcionar uma outra experiência a pessoas que geralmente não

possuem o hábito de ir até o centro de São Paulo, ou não frequentam por diversos motivos.

Uil Ribeiro, atual coordenador da Arena São Miguel Paulista da Virada Cultural comenta “eu gosto da Virada nesse formato porque atinge as pessoas que são do território e geralmente não se locomovem para o centro, você vê a tia, o sobrinho, a mãe, confortáveis no seu espaço [...] as pessoas que moram ali não vão perder sua identidade, vão estar na sua região aproveitando uma grande festa”.

Essa mudança de foco pode ser vista como uma resposta à evidente exclusão geográfica e cultural que caracterizou o evento por tanto tempo. Durante décadas, a cultura na cidade tem se concentrado na região central, deixando as periferias à margem das oportunidades culturais significativas.

Em contraponto, realocar os palcos da Virada Cultural para as periferias não garante que as comunidades locais se sintam genuinamente representadas e incluídas. A simples realização de um evento cultural desse porte não é suficiente para promover um verdadeiro senso de pertencimento e participação nas comunidades periféricas. Ribeiro pontua que “embora, eu faça a ressalva de que a Virada não é o modelo ideal de fomento descentralizado, ela acontece em só um final de semana do ano e não abrange o fomento que os territórios periféricos precisam ter”.

Em contraponto, realocar os palcos da Virada Cultural para as periferias não garante que as comunidades locais se sintam genuinamente representadas e incluídas. A simples realização de um evento cultural desse porte não é suficiente para promover um verdadeiro senso de pertencimento e participação nas comunidades periféricas. Ribeiro pontua que “embora, eu faça a ressalva de que a Virada não é o modelo ideal de fomento descentralizado, ela acontece em só um final de semana do ano e não abrange o fomento que os territórios periféricos precisam ter”.

Atravessamentos políticos

A descentralização da Virada Cultural não é uma novidade. Do governo de Fernando Haddad ao de João Doria, já havia o discurso de levar o evento às regiões periféricas. Inclusive, na gestão Doria houve diversas polêmicas, após a afirmação de que ele levaria o evento para o Autódromo de Interlagos, local onde acontecem festivais como o Lollapalooza Brasil.

Como um dos maiores eventos que acontecem na cidade, é, portanto, uma adição para a campanha do atual prefeito que tenta uma reeleição, Ricardo Nunes (MDB). O arquiteto e ex-secretário da Cultura Nabil Bonduki, que atuou na organização da Virada Cultural de 2015 e 2016, em entrevista exclusiva ao **Contraponto** comenta que desde a gestão do prefeito Fernando Haddad já havia uma descentralização do evento. “Na verdade, essa questão de que agora está se fazendo uma expansão da virada para a periferia, não é verdadeira. Ela sempre foi lá, nós já tínhamos muitos eventos na periferia da cidade”, relata Bonduki.

Contudo, o ex-secretário da Cultura conta que apesar do evento ainda permanecer nas ruas, a Virada Cultural

perdeu a característica de ser um evento livre e aberto e foi confinada em locais com grades. Se assemelhando a um show fechado e sem a característica originária da Virada.

Apesar das críticas recorrentes a violência na zona central da capital, o morador do centro e ex-secretário da cultura acredita que a região não apresenta tantos problemas e propõe uma solução: “a Virada sempre foi um elemento que ocupa o espaço público. A melhor forma de recuperar a região central e reduzir a insegurança naquela área, é garantir a ocupação do espaço público, que sempre houve”, afirma o especialista em eventos culturais.

Outras formas de expandir

Historicamente, as áreas centrais de São Paulo sempre foram privilegiadas quando se trata de oferta de cultura. A Virada Cultural é apenas um exemplo de como grandes eventos deste segmento podem movimentar uma cidade.

Enquanto um dos eventos mais conhecidos por sua abordagem em massa à cultura, outras formas de descentralização cultural devem ser vistas como estratégias igualmente importantes para promover a diversidade e inclusão em diferentes comunidades.

Uma delas é a descentralização administrativa, que envolve a transferência de recursos e responsabilidades para instituições culturais locais. Isso pode incluir a promoção de centros culturais em bairros periféricos, permitindo que comunidades locais tenham mais controle sobre suas expressões culturais.

Neste contexto, Bonduki menciona o aumento orçamentário desde sua época de atuação na Secretaria e a aprovação do Plano Municipal de Cultura, no qual estava previsto a criação de oito centros culturais espalhados pela cidade. “Hoje o orçamento da Prefeitura é o dobro do que era naquela época, portanto teve as condições de promover esse maior equilíbrio entre o centro e a periferia”, relata.

O Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (CCJ), localizado na zona norte, é um exemplo notável disso. Com uma programação diversificada que inclui exposições, espetáculos teatrais, shows musicais e atividades educativas, o CCJ tem se firmado como um importante polo cultural na região.

A demanda é para incentivar ativamente a participação das comunidades periféricas em eventos e iniciativas culturais. Isso é feito através de uma série de projetos que capacitam a população a contribuir ativamente para a produção cultural, como editais para programas de difusão cultural, criação e investimento em espaços culturais acessíveis e incentivo à produção independente e local, por meio de financiamento e divulgação.

2024 é o ano das divas pop

Seja na música ou na moda, artistas do gênero influenciam milhões e prometem continuar a ditar costumes

Por Giovanna Brito, Giovana Laurelli, Julia Napolini, Luana Marinho e Maria Ferreira dos Santos

Um sutiã em formato cônico e um jogo de futebol americano. Seria natural que imagens tão distintas não pudessem estar relacionadas, mas essa é uma conexão que existe graças à música pop e ao fenômeno cultural que só ela pode proporcionar.

A palavra *pop* é derivada do inglês, de “popular”, o que faz sentido ao se observar como arrasta multidões. Para além disso, o gênero foi capaz de moldar costumes e levantar importantes debates ao longo da história recente.

O próprio sutiã de cone, por exemplo, foi usado por Madonna a partir dos anos 1990 como forma de expressão feminina e de liberdade sexual. Um jogo de futebol americano em 2016, por sua vez, serviu de palco para que Beyoncé referenciasse grandes nomes da luta antirracista, como Malcolm X e Michael Jackson, em um momento em que se discutia a violência policial contra a população afroamericana nos Estados Unidos.

E em 2024, o pop mais do que nunca demonstra sua força. Não à toa, o primeiro semestre foi marcado por grandes lançamentos. Em fevereiro, Jennifer Lopez marcou presença com o álbum “*This Is Me... Now!*”; em março, Ariana Grande lançou o disco “*Eternal Sunshine*”, depois de quase quatro anos de seu último lançamento; no mesmo mês, Beyoncé trouxe ao mundo “*COWBOY CARTER*”, como uma continuação do renomado “*RENAISSANCE*” (2022). Já em abril, Taylor Swift alcançou o recorde de álbum mais ouvido em um só dia na plataforma Spotify com “*The Tortured Poets Department*”. A cantora anglo-albanesa Dua Lipa, por sua vez, apresentou o terceiro álbum de estúdio, “*Radical Optimism*”, no início de maio; com Billie Eilish e seu projeto “*HIT ME HARD AND SOFT*” fechando o mês.

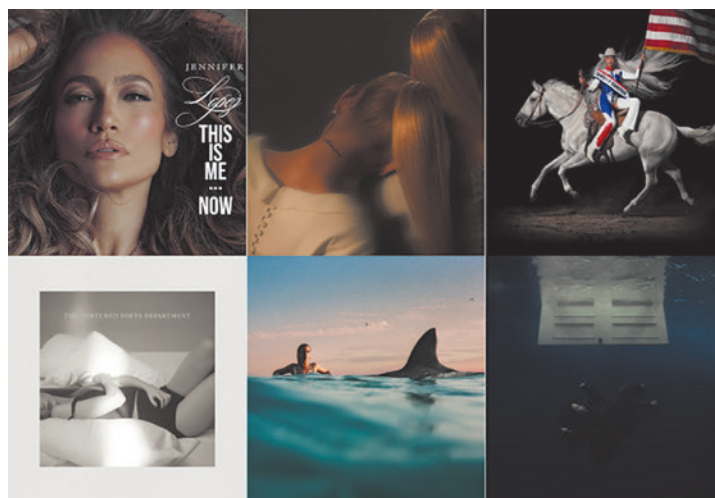
O ‘auge do pop’, no entanto, não se resume aos lançamentos, já que, ao longo deste ano, artistas como Taylor Swift, Beyoncé e Madonna realizaram grandes performances. Esta, batizada “*Rainha do Pop*”, voltou aos palcos com a *Celebration Tour*, em comemoração aos 40 anos de carreira. A turnê foi encerrada de maneira histórica, com um show gratuito na orla da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, que reuniu mais de um milhão e meio de pessoas.

Ramon Baratella, jornalista cultural pelo site In Magazine, afirma que o espetá-

culo de Madonna foi, certamente, o maior evento do pop deste ano. “Não tem como alguém superar isso”, declara. “Foi o que solidificou 2024 como o ano do pop”.

Fator importante para o gênero em 2024 é a presença massiva de mulheres no topo das paradas de sucesso. O que, no entanto, não significa necessariamente que seja um ambiente tão receptivo. Na verdade, o que acontece é a incitação de uma rivalidade feminina entre as artistas que, inclusive, já foi muito mais forte nos anos 2000.

Um grande exemplo disso foi a história de rivalidade entre Christina Aguilera e Britney Spears, que eram estrelas em ascensão na época. As duas participaram do elenco infantil de *O Clube do Mickey*, produzido pela Walt Disney Productions, e cresceram sob os holofotes, precisando lidar com a comparação constante em entrevistas, sendo frequentemente perguntadas uma sobre a outra.



Primeiro semestre de 2024 foi marcado por lançamentos de álbuns



Madonna utilizou também a moda para defender suas ideias sobre a liberdade sexual feminina



Beyoncé e suas dançarinas formaram um X durante o show de intervalo do Super Bowl como referência a Malcolm X



© Fábio Motta / Prefeitura do Rio

Show de encerramento da turnê “Celebration Tour”, de Madonna, reuniu 1,6 milhão de pessoas na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 4 de maio

Baratella argumenta que a diferença entre as divas pop de antigamente para as de hoje “é muito gritante”. Vem à cabeça Beyoncé e Taylor Swift, por exemplo, que sempre que podem se elogiam. Ambas marcaram presença na *première* dos filmes de suas respectivas turnês, que estrearam em junho do ano passado. A amizade das duas, mesmo que seja apenas para as câmeras, ajuda a acalmar os fãs e a imprensa, que constantemente as comparam em tons críticos. Sobre isso, Taylor escreveu a música “*You Need To Calm Down*”, que dedica aos *haters*: “*E nós te vemos lá na internet, comparando todas as garotas que estão arrasando, mas já te sacamos, todas nós sabemos agora que todas temos coroas*”.

Moda pop

O mundo do pop é relevante não apenas para plataformas de streaming e para as rádios, como também são intensamente influentes na moda internacional. As roupas utilizadas pelas celebridades em eventos, premiações, shows e videocliques ditam algumas tendências de vestuário.

Nos anos 1980, foi perceptível a influência das divas Madonna e Cyndi Lauper no estilo das jovens, com estampas, cores neon e saias bufantes. Já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as referências eram as garotas das bandas Spice Girls e Destiny's Child. À época, muitas aderiram a penteados com cachos e tranças, minissaias e blusas mais curtas. Posteriormente, outras cantoras se juntaram ao grupo e acrescentaram a tendência de calças jeans de cintura baixa e maquiagens brilhantes.

Mais recentemente, a partir da década de 2010, Taylor Swift, Lady Gaga, Ariana Grande e Katy Perry estavam entre as divas mais influentes, cada uma abraçando um estilo único. Taylor apostou nos brilhos e em saias na maior parte do tempo. Gaga, em contrapartida, tinha um estilo excêntrico e chamou a atenção com looks como o famoso “vestido de carne” exibido no *Video Music Awards* (VMA) de 2010, além de seus corpetes apertados e saltos altíssimos. Ariana sempre teve o cabelo como marca registrada, com um longo rabo de cavalo no topo da cabeça. E, finalmente, Katy é lembrada pelos looks retos que usava em 2015, com cores vivas e um estilo *pin-up* (que remete à moda dos anos 1930-50, nos EUA).

Em 2019, a combinação de calças cargo e camisetas largas estampadas da nova estrela Billie Eilish viraram moda. Em 2020, *cardigans* e peças tricotadas voltaram a ser utilizadas por influência do britânico Harry Styles. Ademais, o álbum “*RENAISSANCE*” popularizou pedrarias, muito brilho e transparência nas roupas dedicadas às noites.

É a partir da estética de artistas já consagradas que novas personalidades se inspiram para construir a própria. A semelhança

do estilo das divas pop de hoje com as do passado não é acidental, e ocorre devido ao chamado “ciclo dos 20 anos”. O fenômeno explica que, dentro de diversas áreas, como na moda, na música e no design, tendências antigas estão propensas a voltar, de forma repaginada, depois de duas décadas. É por esse motivo que celebridades em 2010 foram tão influenciadas por peças dos anos 1990, e assim se repete. Afinal de contas, quem são as novas divas pop?

Estrelas em ascensão

Nos últimos anos, nomes como Dua Lipa, Camila Cabello, Lizzo e Billie Eilish vêm ganhando força como as principais figuras do gênero para a Geração Z (pessoas nascidas entre 1990 e 2010). Entretanto, outras personalidades têm ganhado o status de favoritas. Olivia Rodrigo, Sabrina Carpenter e Reneé Rapp trazem frescor e novidade para o mundo do pop.

Olivia e Sabrina compartilham de trajetórias semelhantes. Ambas fazem parte do grupo de *DisneyKids* (ou “crianças da Disney”, em português), crescendo aos olhos do público como atrizes em séries e filmes infanto-juvenis para o canal Disney Channel.

Olivia estourou no pop com o single *dri vers license*, que depois faria parte do álbum *SOUR*, vencedor de dois prêmios Grammy em 2022. Nele, a jovem de 19 anos traz canções de quem teve o coração partido, aliado a sentimentos intensos da adolescência, como a inveja causada pela comparação nas redes sociais. A cantora chama atenção por alcançar números impressionantes (*streams*) e bater recordes mesmo tão nova.

Sabrina Carpenter, até então, esteve mais focada na carreira de atriz fora da Disney, trabalhando nos filmes *Emergência* (2022), *Dançarina Imperfeita* (2020), e na franquia *Crush à Altura* (2019-2022). Como cantora, tinha somente tímidos sucessos na discografia. Seu quinto álbum, *emails i can't send*, lançado em 2022, foi o que mais repercutiu desde então, com os sucessos *Nonsense* e *because i liked a boy*. Sua melhor fase, entretanto, chegou em 2023, quando adicionou novas faixas ao álbum, entre elas o hit *Feather*, para a versão *deluxe*. Nesse mesmo ano, Sabrina apresentou o show de abertura da turnê

bilionária “*The Eras Tour*”, de Taylor Swift, conquistando uma nova legião de fãs.

Ainda temos Reneé Rapp com sua potente voz. A cantora começou a carreira no teatro musical e chamou atenção ao interpretar Regina George no espetáculo *Mean Girls*, da Broadway, e na adaptação da peça para o cinema. No ano passado, Reneé lançou o primeiro álbum de estúdio, “*Snow Angel*”, que alavancou uma turnê nos Estados Unidos, chegando ao palco do renomado festival Coachella este ano.

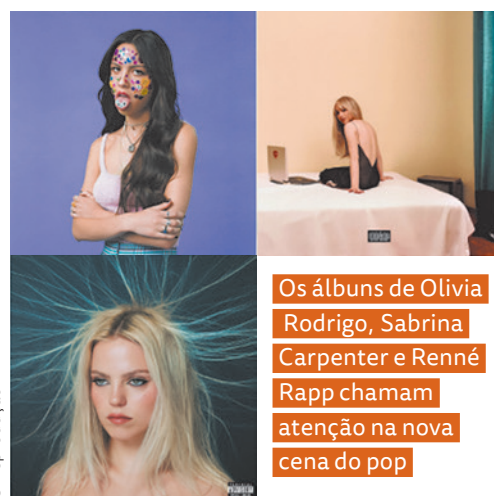
Pop latino

Como no pop há espaço para tudo, artistas da cena de *reggaeton*, *trap*, funk e até pagode estão se destacando no universo do segmento latino. A categoria é encabeçada pela estrela colombiana Shakira, dona de sucessos como “*Hips Don't Lie*” e “*Waka Waka (This Time for Africa)*”.

Em março deste ano, a colombiana lançou o álbum “*Las Mujeres Ya no Lloran*”, sete anos depois de seu último disco. O projeto conta com 17 faixas e colaborações de oito artistas diferentes. Bem recebida pelo público e aclamada pela crítica, a obra conta com a faixa “*Shakira: Bzrp Music Sessions, Vol.53*”, parceria com o DJ argentino Bizarrap que quebrou 14 recordes.

Outro nome de destaque no pop latino é Karol G. A colombiana divulgou, em fevereiro de 2023, o álbum “*MAÑANA SERÁ BONITO*”, e, já em agosto, a sequência “*MAÑANA SERÁ BONITO (BICHOTA SEASON)*”. No mesmo mês, começou uma turnê pelos Estados Unidos e seguiu pela América Latina de fevereiro a maio de 2024, com a próxima etapa agendada para junho e julho, na Europa. “É muito importante ver a música latina ganhando esse espaço”, opina Ramon Baratella.

Já no Brasil, os três principais lançamentos deste ano são de Pablo Vittar, Anitta e de Ludmilla, com os projetos “*Batidão Tropical Vol.2*”, “*Funk Generation*” e “*Numance #3*”, respectivamente.



TUCA marca primeiro encontro teatral de Tony Ramos e Denise Fraga

Além de unir dois grandes nomes das artes cênicas, “O que só sabemos juntos” registra o retorno de Tony Ramos ao teatro, mas a temporada foi interrompida por questão de saúde do ator

Por Fernanda Travaglini e Rodolfo Dias

A peça estreou no TUCA (Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), é dirigida por Luiz Villaça e apresentada pelo Ministério da Cultura e Bradesco Seguros. O espetáculo celebrou o retorno de Tony Ramos na marca de seus 60 anos de carreira. Na trama, o ator vive o doce e amargo sabor de um encontro a dois, ao lado da atriz Denise Fraga. Apesar da estreia aclamada pela crítica e público, Ramos sofreu um sangramento no cérebro no dia 16 e 19 de maio, 3 semanas após a primeira exibição. O ator já está em casa, em recuperação e o espetáculo foi temporariamente substituído pelo solo de Denise Fraga, “Eu de Você”.

A peça

Em entrevista ao Metrôpolis, Tony Ramos conta que o embrião do espetáculo nasce com sua própria ida ao teatro para ver Denise Fraga em ‘Eu de Você’. “Só uma coisa como essa (...) que, nesse momento, me faria voltar a fazer teatro”, compartilha, referindo-se ao monólogo que trata dos laços humanos. Ao manifestar o desejo, “21 meses depois, ou quase 2 anos”, como ressalta o ator, Tony recebeu uma ligação que deu início ao processo de criação de “O que só sabemos juntos”.

Nas palavras de Denise Fraga ao Metrôpolis, a peça “quebra a quarta parede”. Tony Ramos completa que “o espectador não é um coadjuvante, ele é convidado a estar dentro, a refletir conosco”, conta.

O enredo promete uma interação sensível entre a dupla e o público, em conversas sobre temas cotidianos e memórias afetivas. Também leva o público a pensar em um espaço de coletividade e nos sentidos compartilhados - sejam eles agradáveis ou não.

O teatro que abriga esse encontro, o TUCA, situado na Zona Oeste da capital paulistana, tem tradição de resistência cultural há décadas. “É um prazer receber Tony Ramos em seu retorno aos palcos depois de 20 anos, hoje se apresentando com Denise Fraga, em uma dupla comemoração: Denise fazendo 40 anos de carreira e Tony, 60’, destaca Sérgio Rezende, diretor do TUCA.

Sessenta anos em cena

Antônio de Carvalho Barbosa, mais conhecido como Tony Ramos, nasceu em Arapongas, no Paraná, em 25 de agosto



Tony Ramos e Denise Fraga em “O que só sabemos juntos”

de 1948. Filho de Maria Antônia de Carvalho e Paulo Moreira Barbosa, foi morar, ainda criança, no interior de São Paulo. Após a separação dos pais, ficou sob os cuidados de sua avó e de sua mãe, Maria Antônia. Na sua adolescência, Tony conheceu a TV Tupi e se envolveu no cenário audiovisual, estreou na televisão pelo programa *Novos em Foco* e garantiu contrato já aos 15 anos de idade.

Em 1965 se destacou em sua primeira telenovela, *A Outra* (1965), participando de grandes produções que impulsionaram sua carreira, como *Antônio Maria* (1968), *Simplesmente Maria* (1970), e *Rosa dos Ventos* (1973) no papel de Quico, seu primeiro protagonista. Em 1977, estreou na novela *Espelho Mágico* (1977), e após grande sucesso, apresentou a premiação musical Globo de Ouro com a atriz Christiane Torloni.

Nesse mesmo ano, consolidou-se nacionalmente ao protagonizar a primeira cena de nu artístico da televisão brasileira na novela *O Astro* (1977). Seu trabalho mais recente em telenovelas foi o vilão Antônio La Selva, em *Terra e Paixão* (2023). O ator mantém um contrato de exclusividade com a emissora Rede Globo que soma 47 anos e mais de 50 trabalhos.

Nas telas de cinema, o sucesso não foi diferente. Em 1968, estreou em *O pequeno mundo de Marcos* e não parou mais, com sucessos de bilheteria nacional, como *Se eu fosse você* (2006), *Se eu fosse você 2* (2009) e *Chico Xavier* (2010). Além disso, recebeu o prêmio de “Melhor Ator” no Festival de Cinema de Gramado por sua atuação em *Bufo & Spallanzani* (2001). Em 2006, o ator se aventurou na literatura com sua autobiografia *Tony Ramos: no tempo da delicadeza*, escrito em parceria com a jornalista Tânia Carvalho, em que conta sobre a conciliação da vida profissional e pessoal, sobre a simplicidade e seu amor pela família.

O teatro é uma grande paixão do ator, com grandes produções que ficaram anos em cartaz. Ele começou no ano de 1969, em *Quando as máquinas param* e em *Rapazes da banda*, até 2002, com *Novas diretrizes em tempo de paz*, de Bosco Brasil, que atingiu sucesso internacional.

Denise Fraga em cena

Nascida no Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1964, a carioca Denise Fraga iniciou sua carreira na década de 1980. Na Rede Globo, participou de novelas como *Bambolê* (1987), *O Primo Basílio* (1988) e *Urca* (1990). Também marcou presença em programas de humor na TV Pirata; em *Mundo da Lua* (1992), na TV Cultura; *Éramos Seis* (1994) e *Sangue do Meu Sangue* (1995), no SBT; e o retorno à Globo em *Vida ao Vivo Show* (1997), a minissérie *O Auto da Compadecida* (1999), *Uga Uga* (2000), e no mesmo ano, participou do quadro “Retrato Falado” do programa *Fantástico*, que encenava histórias reais de mulheres, enviadas pelas telespectadoras de todo Brasil.

Outros projetos, na mesma emissora, incluem a minissérie *Queridos Amigos* (2008), o programa dominical *Norma* (2009), e também a série *A Mulher do Prefeito* (2013). Mais adiante, no GNT, foi protagonista em *Três Terezas* (2013-2014), e participou em novelas como *A Lei do Amor* (2016) e na série da Netflix, *Boca a Boca* (2020).

Sua atuação no cinema rendeu prêmios no Festival de Brasília (1997), no Festival de Cinema de Gramado (1999), no Prêmio Contigo! de Cinema Nacional (2010) e o Troféu APCA, entre outros. No teatro, foi premiada pela APCA e pelo Prêmio Arte Qualidade Brasil. Denise Fraga marcou presença em mais de vinte peças, entre elas o icônico *Trair e Coçar, é Só Começar* (1986-1994), e *Eu de Você* (2019-).

O que só sabemos juntos (2024) marca não apenas o encontro teatral de dois atores brilhantes na cena brasileira, como também celebra uma marca de Denise. A atriz é reconhecida, pela crítica e pelo público, pela habilidade de tornar o teatro um ponto de encontro em que todos, atores e plateia, fazem história junto.

Serviço:

“O que só sabemos juntos” – 26 de abril a 09 de junho de 2024 – está temporariamente suspenso de acordo com informações do site oficial do TUCA.

Local: TUCA – Rua Monte Alegre, 1024. A venda de ingressos já está esgotada.

Oscar 2024: Entre conflitos e polêmicas

Para além do cinema, manifestações de trabalhadores da indústria e represálias por Hollywood

Por Matheus Henrique, Lucca Cantarin e Henrique Silva Rodrigues

Oscar, como a premiação mais prestigiada da indústria cinematográfica, atrai os holofotes globais em suas cerimônias anuais. Contudo, na mais recente premiação – ocorrida em 10 de março deste ano – o conflito entre Israel e Palestina se destacou. Artistas como Billie Eilish, Mark Ruffalo e Ramy Youssef realizaram uma campanha silenciosa, através da utilização de um broche em prol do cessar-fogo entre Israel e Hamas.



© Getty Images

Billie Eilish com o broche do movimento "Artistas pelo cessar-fogo"

Dentre os manifestantes presentes, Jonathan Glazer, diretor britânico, gerou polêmica por ser da comunidade judaica. Ao receber o prêmio de melhor filme internacional por "Zona de Interesse", ele utilizou seu discurso para defender o povo palestino do massacre promovido pelo atual governo israelense.

Em um discurso com foco nas vítimas da tragédia, independente dos lados, ele disse: "todas as nossas escolhas foram feitas para refletir e nos confrontar no presente. Não quero dizer 'Veja o que eles fizeram naquela época', mas, sim, 'Veja o que fazemos agora'. Nosso filme mostra como a desumanização leva ao pior. Moldou todo o nosso passado e presente. Neste momento, estamos aqui como homens que refutam que o seu judaísmo e o Holocausto sejam sequestrados por uma ocupação que levou ao conflito de tantas pessoas inocentes. Sejam as vítimas do 7 de outubro em Israel ou do ataque contínuo a Gaza, todas as vítimas dessa desumanização, como resistimos?"

A fala de Glazer gerou indignação. Segundo informações divulgadas pelo jornal americano *Variety*, mais de mil judeus, que trabalham na indústria do entretenimento hollywoodiano, assinaram uma carta repudiando o discurso.

A fala do britânico também não foi publicada no canal oficial do YouTube da

premiação. A estudante de cinema, Mariana Lieutaud, passa uma mensagem clara ao público: "você pode falar, mas não será ouvido; você será silenciado".

David Schaecter, presidente da Fundação dos Sobreviventes do Holocausto dos Estados Unidos, também respondeu ao discurso de Glazer, através de uma carta aberta em seu site oficial: "assisti com angústia no domingo à noite quando ouvi você usar a plataforma da cerimônia do Oscar para equiparar a brutalidade maníaca do Hamas contra israelenses inocentes com a difícil, mas necessária, autodefesa de Israel diante da barbárie contínua do Hamas. Seus comentários foram factualmente imprecisos e moralmente indefensáveis. Você fez um filme sobre o Holocausto e ganhou um Oscar. E você é judeu. Bom para você. Mas é vergonhoso que você presuma falar em nome dos seis milhões de judeus, incluindo um milhão e meio de crianças, que foram assassinadas unicamente por causa da sua identidade judaica. Você deveria ter vergonha de usar Auschwitz para criticar Israel. Se a criação, existência e sobrevivência do Estado de Israel como um Estado judeu equivale a 'ocupação' na sua mente, obviamente você não aprendeu nada com o seu filme." Schaecter, com 94 anos, sobreviveu após três anos em Auschwitz e Buchenwald.

Felipe Barcellos, jornalista, roteirista e diretor de cena independente, relatou ao jornal **Contraponto** sobre a fala de Glazer: "vão parar de trabalhar com ele? Acho improvável. É óbvio que teria uma retaliação, mas ao mesmo tempo dá oportunidade ao mundo de repensar o que está acontecendo na Faixa de Gaza."



© Dania Maxwell

Jonathan Glazer com seu prêmio



© Monica Schipper

A atriz Melissa Barrera

O comunicador, que já atuou na BBC, Rádio Globo e Folha de São Paulo, complementa que, não à toa, há manifestações pró-Palestina nas universidades americanas de forma intensa. "Esses estudantes foram influenciados pelo discurso do diretor, não tenho dúvida quanto a isso. Ele deu a oportunidade de o mundo compreender que Israel não está agindo corretamente". Em sua opinião, é escancarada a repressão de Hollywood a quem apoia a causa Palestina. "Qualquer pessoa decente reconhecerá que Israel está perpetrando um genocídio diante do mundo", finaliza.

Alexandre Freitas Campos, mestre em mídia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), acredita que "a repercussão do discurso do Jonathan Glazer é interessante para pensarmos na diversidade da indústria do cinema. Houve muita gente repudiando, mas também houve muita gente apoiando a sua fala."

Manifestações pró-Palestina e a reação de Hollywood

Em novembro de 2023, Melissa Barrera, protagonista dos filmes recentes da franquia "Pânico", foi demitida após manifestar seu posicionamento pró-Palestina. Em publicações no *Instagram*, Barrera comparou a situação em Gaza a um campo de concentração.

Após a publicação, a atriz foi demitida da franquia pela produtora dos filmes, *Spyglass*, que alegou que ela estaria promovendo antissemitismo e discurso de ódio. Além de Barrera, a artista Susan Sarandon foi duramente criticada e deixou de ser representada por uma das maiores agências de talentos de Hollywood, a *United Talent Agency* (UTA). Em comício à favor do povo palestino, a atriz afirmou: "há muitas pessoas que têm medo, que têm medo de ser judias neste momento, e estão experimentando como é ser muçulmano neste país, tantas vezes sujeito à violência".

Para Campos, contudo, é importante lembrarmos que a produção cinematográfica é muito ampla e assim afastarmos a ideia de que há uma intencionalidade da indústria americana em cumprir uma única agenda político-ideológica. "A principal preocupação dos estúdios, em geral, é o lucro", conclui o roteirista.

O papa defunto

Por Artur Maciel

“COMO VOCÊ VAI?” “Vou vivo!” disse o Dr. Anderson Costa Lino Costa, ao cumprimentar uma colega de trabalho. Ambos trabalham no Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) na zona oeste de São Paulo, local onde a necropsia das mortes não suspeitas de toda a capital paulista é feita. Por dia são 60 necropsias, por ano 24 mil, o processo inclui a dissecação dos órgãos, a análise deles, a devolução e suturação do defunto.

Dr. Costa Lino faz o trabalho de patologista a quatro décadas, e gosta de seu trabalho. Ele se orgulha de dois feitos seus, da operação mais rápida no SVO, feita em 26 min. E do maior número de necropsias em um dia; 14. Ele gosta tanto do procedimento que recebeu um apelido dos colegas e residentes: “Papa Defunto”. O dr. explica: “Tem residente que ri, fala que eu roubo os mortos deles. Tem outros que se assustam. Eu falo que o vivo atrapalha o morto”.

Patologistas são médicos especializados no estudo das doenças, com base nos tecidos dos órgãos das vítimas. O estudo específico dos tecidos corporais é a Histologia. Lino diz que estudou a área como médico da velha guarda: “A gente fazia uma prova escrita e uma prova de lâmina, precisava acertar dez dos tecidos nas lâminas de vidro, hoje os residentes mal veem isso.”

O SVO está dentro do prédio da Faculdade de Medicina da USP, mas é um instituto separado. Anderson oficialmente tem o título de: “Médico patologista da Faculdade do Hospital das Clínicas provisório pelo estado”. Ele está nessa posição desde 2019, sendo “emprestado” do Complexo Hospitalar de Heliópolis, onde Lino exerce a mesma função.

Nascido e criado em Salvador, Bahia, o homem alto de olhos verdes veio para São Paulo fazer residência na área de transplantes. E trabalhando junto com um patologista, ele se achou “Dali estudar algo que você gosta de trabalhar não é muito difícil”.

De vez em quando Anderson se interrompe tossindo, quase se engasgando. Lino é um fumante compulsivo, o maço de cigarro está sempre à vista, em seu bolso da camisa. E em poucos segundos ao sair do prédio ele começa a fumar. Em seu braço direito, um relógio japonês da Citizen e no polegar uma bandagem. “Foi uma cutícula que tirei

e quase levou o resto do dedo”. Algumas rugas dos seus 63 anos de vida são escondidas por seus óculos desgastados. “Tenho Hipermetropia. Tem até um Microscópio ajeitado só para o meu grau”.

Ele conversa com naturalidade sobre as diferentes questões de sua profissão. Uma delas é sobre os embates com outros médicos “A maioria deles nem chega perto da necropsia, vê o cadáver uma vez quando tá na faculdade, se assusta, e nunca mais”. Anderson afirma a complexidade desse efeito “Um cirurgião corta alguém para salvar uma vida. Mas depois que morre tem nojo de cortar, perdeu esse ideal” e fala até de quem diminui sua profissão: “Como não temos pacientes, tem gente que acha que temos que ser chamados de paramédicos. Mesmo o patologista estudando os tecidos do corpo todo”. E conclui “Somos o porão da medicina”.

Seus preparativos são parecidos aos do cirurgião, o traje de trabalho é um macacão macio branco, junto com um avental de borracha. “Ela é linda, parece até roupa de astronauta”. A diferença é que o patologista se veste para se proteger das infecções, ao invés de proteger o paciente. “Se eles acabaram de chegar precisamos de toda vestimenta. Os (corpos) com formol, não tem mais risco de DIC (Doença Infecto Contagiosa), dá pra ir só de luva”.

O Dr. Lino fala de alguns costumes da área, como o de comparar órgãos com comida ou objetos de valor “estamos sempre com fome e precisando de dinheiro”. Ele mesmo foi o exemplo ao diferenciar as consultas médicas e a doença em si. “É diferenciar o estrogonofe da feijoada”, ou suas piadas “Sabe como esconder 100 dólares de um Patologista? Só colocar na frente dele, ele nem sabe o que é.”

O bem-humorado Patologista tem particularidades. Como a raiva de quem fala do trabalho médico na hora do almoço. Coisa que seus colegas fazem com frequência. No dia que eles foram comer filé de peixe, Lino disse que lembrava o pâncreas de um cadáver operado. Seus colegas não comeram peixe naquele dia. Ele não com carne mal passada, e dá um ótimo motivo: “Sangue na minha mesa eu aguento, no meu prato não.”



Esboço do Dr Anderson Costa Lino Costa



Entrada da sessão de necropsia



Vista inicial do corredor



“Close up” do corpo de mulher com contusão no nariz



Ele avisou do risco de desmaio antes de entrar no corredor protegido por um toldo. Com cheiro de carne apodrecendo e formol, o ambiente de azulejo bege que um dia foi branco. Está cercado das mais variadas pessoas mortas, com diferentes idades, gêneros e tamanhos, alguns chamam atenção. Um corpo com olho inchado, outro com os acessórios de umbanda. Após a morte certos cadáveres incham e outros definham. A maioria tem seus olhos fechados e em decúbito dorsal, ou seja, de barriga para cima e braços esticados em direção aos pés onde está a etiqueta que o identifica. Após serem abertos, tem seus órgãos e tecidos analisados, “o monobloco” (conjunto orgânico interno) volta ao defunto, é suturado e posto no refrigerador, e lá ganha uma nova etiqueta.

Acoplado ao corredor vemos a pequena sala para os familiares verem o corpo. A sala de necropsias e suas cinco mesas de operações feitas de azulejos e concreto. Um procedimento tinha acabado de ser feito, alguns alunos ainda estão com a vestimenta fechando o corpo. Ao final do corredor uma escada que leva a um corredor que conecta ao Hospital das clínicas. Uma sala foi reservada para os alunos da neurocirurgia da USP analisarem um cérebro fatiado. Apesar do que é dito, a sala de operações não é particularmente fria, mas sim úmida. O que a torna ambiente propício às moscas voando ao redor dos corpos. Os funcionários que andam ao redor são simpáticos com suas galochas brancas e nos armários deles adesivos e rabiscos.

No fim da manhã do dia 07 de maio havia 21 deles esperando seu procedimento, sempre de cinco em cinco. Até o fim da entrevista, três carros funerários chegaram com mais defuntos, olhando para eles Dr. Anderson Costa Lino Costa tragou seu cigarro, e acenou para o motorista.

Sua relação com a morte é próxima: “Os médicos lidam com a morte, o patologista vive com ela, escuta ela, vira amigo de boteco. Aceita essa realidade da forma mais crua”. Ele diz que parte disso seja a situação: “Mais do que a morte, é o ambiente morto, o local da morbidez da morte, o técnico do que foi o humano. Abre e não tem mais nenhuma mentira”. Ainda assim, Anderson não fez o procedimento de necropsia de um

conhecido, “A gente ficava brincando de palitinho no bar, não tinha como eu cortar ele depois de dois anos de amizade.”

Apesar de trabalhar com corpos, o “Papa Defunto” continua um médico. Com preocupações e muita pesquisa na área. “A gente aprende com a certeza da morte, nunca é bom, nem a possibilidade é interessante. Mas essa informação faz a gente ter mais cuidados e diminui a dificuldade” afirma Anderson.

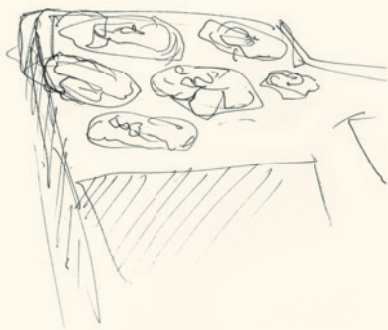
Ele discute sobre cuidados paliativos “Você tem que ter qualidade de vida. Aí, você pega um paciente que já fechou o prognóstico. Qual é melhor? Ficar no hospital ou em sua casa com sua família? É óbvio.” conclui doutor Lino.

Durante a pandemia da Covid 19 uma determinação do Ministério da Saúde impediu seu trabalho. “Chegou muito paciente aqui com o carimbo de covid, mas muitos desses não tinham o vírus”. Coisas como um surto de dengue durante 2020 que não foi noticiado por causa da covid. “E muitos mortos. O grande problema é o pânico que vende nessa piração”.

Frente ao SVO, dezenas de familiares esperam laudos para poderem enterrar ou cremar seus entes. Mas o serviço é burocrático, demora até 24 horas para os defuntos saírem do SVO, 90 dias para o laudo da morte. Como ocorreu no final de abril de 2024, quando o turno da noite foi eliminado e, então, acumularam 100 corpos. “É um serviço público sobrecarregado, com pouquíssimos concursos para novos profissionais.”

A burocracia também resulta em outra questão: a “necropsia branca”. Quando os corpos são enviados sem causa de morte no laudo, por causa disso não podem ser abertos, sendo preciso enviar um boletim para liberar no SVO. A legislação não permite que o patologista dê causa de morte, mesmo podendo abrir o defunto. Não existe nenhum projeto de lei para mudar isso, e Lino explica de forma simples o porquê: “É que morto não vota”.

** O uso de câmeras fotográficas no SVO é proibido por questões de privacidade da família dos mortos. Aline Del Picolo, artista do curso de Artes Visuais da USP, fez esboços do que foi visto dentro da sala.*



Cérebro humano fatiado



Dois cadáveres femininos, um inchado, um definhado



Esboço de defunto



Corpo suturado indo ao frigorífico

Cliques de guerra, uma análise sobre “Guerra Civil”

Através do olhar jornalístico, o filme é aclamado pelo público mundialmente e chama o espectador a repensar a polarização política

Por Manuela Mourão

“Filme do Wagner Moura”, foi como a mais nova produção do diretor britânico Alex Garland, ficou conhecida em sua estreia nos cinemas brasileiros. Em parceria com o estúdio norte-americano A24, a obra se destacou como uma das mais bem-sucedidas da companhia, arrecadando mais de 25 milhões de dólares em seu primeiro final de semana nas telas. No Brasil, a exibição do filme internacional – protagonizado por um “queridinho” do povo brasileiro – movimentou um público expressivo, com a venda de 585 mil ingressos apenas no dia 18 de abril, data de sua estreia nos cinemas do país.

Com Kristen Dunst no papel de Lee, uma renomada e experiente fotojornalista, Cailee Spaeny como Jessie, uma jovem aspirante no fotojornalismo, Stephen McKinley como Sammy, um jornalista sênior e Wagner Moura interpretando o repórter Joel, o enredo gira em torno do grupo de periodistas de guerra vivendo em um Estados Unidos atual, mas distópico, bipartido e armado. Mergulhados em uma viagem rumo a Washington DC, os profissionais anseiam por um único objetivo: entrevistar o presidente que não se pronuncia há 14 meses.

Em distopias que usam o espaço de uma excursão como trama, normalmente o objetivo é partir para um lugar que esperançosamente seria melhor, mais seguro e tranquilo, como em *Madmax: Estrada da Fúria* (George Miller), *A Estrada* (John Hillcoat) e *Birdbox* (Susanne Bier). No filme em cartaz, Garland inverte essa narrativa e escreve uma viagem para o olho do furacão. O grupo tenta chegar à capital estadunidense antes que a organização antigoverno chegue e encontre o Presidente primeiro.

Durante a jornada o espectador se afeiçoa pelos jornalistas, comemorando suas vitórias e chorando por suas dores, esperando sempre por um pior, que parece poder chegar a qualquer momento. Apesar de incorporar elementos humorísticos, o filme adentra um território de terror mental característico do diretor, cuja filmografia é marcada pela exploração de temas psicológicos e filosóficos densos, que testam os limites do maniqueísmo, como visto em *Ex-Machina*, *Aniquilação* e *Men – Faces do Medo*.

Através de imagens de crueldade nua e uma trilha sonora realista, o espectador é imerso em um mal-estar que permeia toda a narrativa, sem qualquer romantização da tragédia real da guerra. O namoro entre imagem e som é tão impressionante

quanto desconcertante, “Guerra Civil” é contada pelos cliques das câmeras das jornalistas e pelos sons reais de disparos de armas. Essas estratégias impactam e angustiam quem assiste.

Grande parte da obra reside na sua reflexão sobre a ética no jornalismo. Quais imagens serão capturadas e compartilhadas? Como os eventos serão relatados? Como evitar o sensacionalismo? São dilemas tecidos ao longo da trama, para que o público acompanhe os personagens em suas decisões e formule suas próprias conclusões sobre qual o limite e a necessidade da exposição, nesse caso, da tragédia. Semeado por contextos paralelos entre o real e o fictício, o roteiro incentiva uma análise crítica não apenas da história em si, mas também sobre o papel da mídia na sociedade contemporânea.

O jornalista Pedro Doria analisou a produção para o Canal Meio, e reforçou que o longa é sobre guerras de verdade: “não é sobre grandes explosões, é sobre pequenas explosões. A guerra está ali”. Constatou também sobre como o convívio direto com a morte pode desassociar quem vive aquela realidade da dor, como no caso do grupo de Lee, ou pode ter uma consequência sádica, como na observada em alguns soldados: “é uma licença para matar”.

Pedro Doria ainda reforçou a importância de ter Wagner Moura aqui no Brasil, divulgando o filme e afirmando que “precisamos voltar a conversar”, porque as democracias são feitas de diálogos. “Democracias precisam do jornalismo, é parte de uma cidadania ativa”, ressalta ao Canal Meio. Durante as coletivas de imprensa, o ator Wagner Moura fez questão de frisar que “Guerra Civil” é mais do que um cenário político, é sobre jornalistas fazendo jornalismo.

Embora o enredo não forneça explicitamente como os Estados Unidos vieram a se encontrar em guerra, o longa apresenta uma representação nítida de uma nação polarizada. A estratégia de ocultar a razão do conflito cria uma confusão recorrente no espectador, que involuntariamente tenta buscar por um “lado certo”. Entretanto, essa omissão não equivale



Wagner Moura em Guerra Civil. O ator já participou mais de 10 vezes de filmes e séries internacionais

necessariamente a uma falta de posicionamento; ao contrário, neste caso serve como um alerta: independente do lado, os extremismos ganharam.

Em várias cenas, a alienação das pessoas em relação a sua própria humanidade é representada de maneira perturbadora. Certo momento, um dos soldados admite nem saber em quem está atirando, não questiona se o alvo luta pela mesma causa ou não. Noutro instante, talvez um dos diálogos mais marcantes, um soldado pergunta para o grupo de Lee “você americanos de onde?”, elucidando o separatismo interno do território.

“Guerra Civil” transcende a política para explorar o horror que permeia um mundo de quem vive os conflitos nas ruas. A obra não retrata uma América dividida da maneira convencional que se pode imaginar em 2024; ao contrário, lança luz sobre como nada mais importa quando a violência irrompe. Diante do tumulto, surge uma pergunta essencial: por que estamos lutando?

No terceiro ato, quando tudo o que é construído por Garland implode, a decisão de deixar a política de lado faz mais sentido do que nunca. Os personagens se encontram no meio de uma zona de guerra, cercados de caos e destruição, sedentos por reportar cada segundo do que acontece, em um misto de insanidade e sobrevivência, que reduz o estopim a algo insignificante perto da grandeza do momento.

O filme, assim como o fotojornalismo, é o registro de uma história que só será contada amanhã. Uma ilustração da linha de chegada dos extremismos políticos e da realidade vivida dia após dia em esferas e tempos não tão distantes. E acima de tudo, é uma homenagem à profissão e a sua indispensabilidade para a democracia e a sociedade.

© Diamond Films

Entre a curva e a reta, a brita e a pista!

Um breve relato sobre a Fórmula 1 e o universo das corridas

Por Guilherme Tirelli

SE VOCÊ É UMA DAQUELAS PESSOAS que julga os pilotos de Fórmula 1 como loucos que correm em círculos sem chegar a lugar algum, devo dizer que esse texto também é para você. Em outros campos da vida, o sucesso ou o triunfo importam mais do que tudo, porém, no automobilismo existe uma magia única, um sentimento singular que transcende o banho de champagne.

Dentro das pistas, o torque do motor produz um som estridente que dá voz às centenas de cavalos de potência. Se prestar atenção, sentirá até o cheiro característico de borracha queimada no asfalto e o aroma de combustível que paira pelo ar. Estar no comando de um foguete a mais de 300 quilômetros por hora realmente deve ser uma emoção paradisíaca.

Contudo, se você imagina que a vida para esses *superstars* passa mais depressa devido à aceleração dos batimentos cardíacos, devo dizer que esses são os seres humanos mais frios e calculistas do planeta. Isso porque o orgulho está em jogo, afinal, vencer um Grande Prêmio é poder dizer que, naquele dia, ninguém na face da Terra foi capaz de superá-lo.

Há uma combinação invencível entre homem e máquina que, além de se complementarem, se entrelaçam, tal como ocorreu com Ayrton Senna em 1988. O brasileiro liderava a etapa de Mônaco com ampla margem sobre seu companheiro de equipe e rival direto, Alain Prost. Nas palavras do tricampeão, “era como se fosse uma outra dimensão”, na qual não é possível dissociar quem é o piloto e quem é o carro.

Ainda assim, um grande conjunto de fatores e circunstâncias pode ditar a diferença entre a vitória e a derrota, a primeira posição ou a décima. Para nós, meros mortais, dois centésimos de segundo representam rigorosamente nada, mas para um piloto, são uma eternidade.

A estratégia, quando bem articulada pela equipe, pode ser sinônimo de uma ultrapassagem improvável, do mesmo modo que um erro é o suficiente para causar uma queda abrupta até o fim do pelotão. Em resumo, trata-se de um sublime espetáculo, protagonizado por 20 dos melhores pilotos do mundo, absolutamente no limite, insistindo em desafiar todas as Leis da Física e a Geometria do tempo e do espaço.

Ao longo da história, testemunhamos inúmeras batalhas, nos palcos mais inesperados e marcantes que a Fórmula 1 já visitou. Mas em Nurburgring, na Alemanha, um tenebroso traçado de 22 quilômetros de extensão quase tirou a vida de Niki Lauda, em 1976. De forma surpreendente, o austríaco – em um ato de extrema coragem e amor pelo esporte – retornou às pistas apenas duas etapas depois de seu acidente.

Ao fim daquela temporada, o inglês James Hunt, da McLaren, sagrou-se campeão, entretanto, todos os olhares estavam para a icônica Ferrari vermelho-rubro de número um. Até hoje, inúmeros especialistas sugerem que o retorno de Lauda foi o maior e mais impactante da história do automobilismo. Mais do que isso, ele representa a materialização do lado triste que faz parte do universo da categoria.

Infelizmente, as corridas não são feitas apenas do glamour do paddock. A tragédia também se faz presente e, para sempre, será parte constituinte desse esporte. Às vésperas do Grande Prêmio de Ímola (San Marino), pode-se dizer que, nesse mesmo circuito, o asfalto foi a razão por trás do choro de



© Autosporte

Ferrari: a mais tradicional e vitoriosa equipe da história da Fórmula 1

milhões de brasileiros no fatídico 1º de maio de 1994: a morte de Senna. O pavimento gasto nos tirou Jim Clark, François Cevert, Ronnie Peterson, Gilles Villeneuve, talentos geracionais que não conseguiram ludibriar a morte para sempre.

Porém, uma certeza fica: para cada um desses nomes que se foi, os deuses das pistas nos presentearam com novos ídolos, como Lewis Hamilton, Fernando Alonso, Sebastian Vettel e Max Verstappen. Na ponta do pé direito, o corpo, a mente e a alma encontram-se em uma espécie de transe que só termina na bandeirada final.

Presos a um cinto de segurança de seis pontas, a um halo de titânio que envolve suas cabeças e a toneladas de liga de carbono revestidas com aço reforçado, por incrível que possa soar, nenhuma sensação parece ser mais libertadora. Tudo isso faz parte de um sonho lúdico cultivado desde os tempos do kart, quando os pilotos nada mais eram do que meninos, sedentos para contar uma boa história quando chegavam em casa.

Nas fábricas, outras mil cabeças pensantes e uma dúzia de mecânicos tentam encontrar agulhas no palheiro para melhorar, em ínfimos décimos, o desempenho dos carros. Em outras palavras, eles compartilham desse desejo de figurar em um seleto grupo de pessoas que vivem e respiram a Fórmula 1.

Permita-me o pleonasmo, todos eles representam a elite daquilo que já é o topo. Com o apagar das luzes, o frio na barriga se instaura, o coração acelera, a respiração fica ofegante e o tempo começa a passar mais devagar. Sim, essa descrição se assemelha muito ao que é estar apaixonado e é exatamente sobre isso que esse texto se trata. Mais ainda, é o sentimento que a categoria pode proporcionar aos amantes do esporte a motor.

Quando se der conta dessa paixão, já será tarde demais. O gosto pela velocidade se transformará em amor, um caminho sem volta, mas com centenas de voltas. Dos tempos áureos das corridas, até os dias atuais, se o depoimento deste que vos escreve não fizer o menor sentido, talvez, um dia, a ciência possa explicar o que é apreciar profundamente o automobilismo.

Texto inspirado e dedicado ao meu maior ídolo no esporte. A quem me ajudou a compreender que o sucesso depende mais do grau de determinação e esforço que se aplica do que propriamente através do talento. Para os rivais, ele era “O dono da McLaren vermelha e branca nº1”. Para os brasileiros, a razão do sorriso no domingo de manhã. Para alguns especialistas, “o Rei de Mônaco”. Para os japoneses, um herói.

Mas, para mim, ele sempre será o Ayrton. Ayrton Senna do Brasil.

Apostas online e o atual cenário da CPI que investiga o ramo

Governo brasileiro segue apurando os supostos casos de manipulação em jogos de futebol

Por Christian Policeno, Giulia Cicirelli, Gustavo Romero Pires, Kawan Novais e Vanessa Orcioli

Em abril de 2024 foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostos casos de manipulação em jogos de futebol. Em paralelo a isso, as apostas esportivas são legalizadas no Brasil desde 2018, ação que abriu espaço para as empresas desse ramo divulgarem suas marcas através de patrocínios de clubes de futebol e até mesmo dos próprios campeonatos. Dois movimentos opostos que vem gerando certo desconforto no mundo esportivo.

A CPI tem como presidente o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) e o senador Romário (PL-RJ), ex-jogador profissional, como relator. Em um ano, foram ouvidos pela comissão atletas, árbitros, famosos em paralelo ao futebol, como Tatá Werneck e Marcelo Tas, e pessoas de alto escalão das instituições esportivas, como Ednaldo Rodrigues, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Wilson Luiz Seneme, presidente da Comissão de Arbitragem da CBF.

Ao mesmo tempo em que ocorria a CPI, houve a regulamentação das apostas esportivas no Brasil através da Lei 14.790, sancionada em dezembro de 2023. Com essa medida, o governo brasileiro passou a taxar empresas para que tenham a liberdade de atuar no Brasil, tributar prêmio de apostadores e regulamentou a publicidade no setor, visando proteger menores de idade e a experiência de usuários das *bets*.

De acordo com Tauan Oliveira, profissional de direito empresarial desportivo, a manipulação de resultados é a atual preocupação mais séria no mundo esportivo. “A possibilidade de ganhos financeiros ilícitos pode levar indivíduos a tentar influenciar o resultado de partidas através de jogadores, árbitros ou outros envolvidos”, afirmou.

Atualmente, a proximidade entre as empresas do ramo das apostas com o futebol brasileiro gera um vínculo que movimenta bilhões de reais. De acordo com relatório da XP, de 2024, os valores totais do mercado de apostas ultrapassam R\$100 bilhões por ano no Brasil

“Betando” nos campeonatos brasileiros

Logo após a Lei 13.756 de 2018, que permitiu as apostas esportivas no país, em janeiro de 2019, o Fortaleza e a NetBet, empresa com sede em Malta, concretizaram a primeira parceria publicitária no Brasil.

A parceria não se limita apenas aos clubes que participam dos campeonatos, como também abrange as instituições responsáveis e organizadoras da estrutura desses eventos. Como por exemplo, a relação entre a Betano, empresa do ramo de apostas com sede na Grécia, e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a entidade máxima do futebol no Brasil.

Em 2023, a CBF e a Betano entraram em um acordo para a compra dos *naming rights* (direitos de nome, em português), da série B e da Copa do Brasil, campeonatos administrados pela confederação. Foram definidas as nomeações “Brasileirão Série Betano 2023” e “Copa Betano do Brasil”, respectivamente. Os valores das negociações não foram divulgados.

Já em 2024, a relação não foi diferente, a casa de apostas deixou de ser a maior patrocinadora da série B, mas passou a assumir os direitos de nome da elite do campeonato nacional, o Brasileirão. A nomeação do principal campeonato passou a ser “Brasileirão Betano”. Mais uma vez, os valores não foram divulgados, mas de acordo com o Globo Esporte, o valor gira em torno de R\$70 a R\$80 milhões por ano.



Os três principais campeonatos nacionais, em 2024, são patrocinados por casas de apostas esportivas

Ainda assim, a edição da Copa do Brasil de 2024 permaneceu com a empresa grega como a maior patrocinadora. Apesar da Betano não ser mais a detentora de publicidade na série B em 2024, outra companhia do mesmo nicho permaneceu como a principal patrocinadora do campeonato. Trata-se da Betnacional, casa de apostas brasileira, em uma parceria que resultou o nome de “Brasileirão Série B 2024 – Betnacional”.

Apesar da proximidade entre a CBF e casas de apostas esportivas, a entidade não cita os possíveis riscos à integridade diante do relacionamento com empresas que atuam no ramo de jogos de azar.

Mesmo estampando a marca de empresas desse setor, não existem projetos para conscientização que sinalizem os riscos ao apostar. Iniciativas que partem da própria confederação indicando que a atividade não significa uma renda extra, um segundo emprego, ou que é necessário “betar” (expressão utilizada entre os apostadores, para realizar suas apostas) com responsabilidade.

Com os clubes de futebol, a relação não é diferente. No campeonato de 2024, 18 dos 20 times da elite do futebol nacional são patrocinados por casas de apostas, seja com uma configuração de “patrocínio master” (o principal patrocinador) ou secundário. Os contratos com as equipes brasileiras atingem valores milionários, e tornam difícil a concorrência de empresas de outras áreas para a publicidade no meio esportivo. Apenas no principal campeonato de futebol brasileiro, a série A, as empresas do ramo de apostas esportivas movimentam quase R\$550 milhões por ano.

O Corinthians é o clube que recebe o maior investimento financeiro de uma empresa de apostas esportivas. Foi divulgada, em janeiro de 2024, uma parceria de três anos com a “Vai de Bet”, empresa brasileira que ingressou no mercado no fim de 2022. Os valores do acordo giram em torno de R\$120 milhões por ano. Um número muito mais expressivo comparado ao antigo patrocinador principal, a Hypera Pharma (Vitaminas Neo Química), que pagava ao Corinthians entre R\$17 a R\$22 milhões por ano.

Dinheiro, dinheiro e... Possível manipulação

Em maio de 2023, o Ministério Público de Goiás (MP-GO) incendiou o debate em torno do conflito ético do futebol brasileiro e casas de apostas após uma investigação. A instituição goiana denunciou apostadores que supostamente subornavam jogadores profissionais a fim de manipular os resultados de jogos em suas apostas. Os atletas deviam cometer faltas ou penalidades máximas com a intenção de serem punidos com cartões, ações que podem influenciar o resultado de uma partida de futebol.

Além das apostas tradicionais, as quais se concentram no resultado de um jogo, nas casas de apostas esportivas online, existem as opções de acontecimentos internos. Os apostadores têm a oportunidade de explorar mercados como “total de cartões”, “jogador será punido com um cartão”, “haverá pênalti concedido”, entre outros.

De acordo com a apuração do MP-GO, a manipulação dos resultados ocorreu durante o ano de 2022 e início de 2023, envolvendo campeonatos estaduais, assim como as séries A e B do Campeonato Brasileiro. Após a divulgação dessas informações, a Câmara dos Deputados decidiu abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de ampliar as investigações sobre as possíveis manipulações de resultados.



© Roque de Sá/Agência Senado

CPI das Apostas Esportivas foi instalada em 10 de abril de 2024

Em meio à suposta manipulação, a deseducação

Tauan Oliveira cita que além da CPI servir como um recurso de fiscalização entre as empresas e instituições no meio esportivo, pode ser um instrumento que eleve a transparência e responsabilidade dos usuários apostadores comuns. No Brasil, de acordo com uma pesquisa divulgada pela Comscore, empresa de análise da internet dos Estados Unidos, em 2023, o Brasil é o terceiro país que mais consome apostas em todo o mundo. Foram divulgados a existência de 42,5 milhões de usuários únicos nas plataformas digitais direcionadas aos apostadores.

Como exemplo da necessidade de ações que promovam a transparência neste mercado, temos o caso de João José, engenheiro de produção, o qual já se relacionou com o mercado de apostas esportivas. Ele começou a apostar em 2018, após ver comentários na rede social X, o antigo Twitter. Mas, apenas em 2020 que José passou a jogar “corriqueiramente e criar inúmeras dívidas”.

“Eu não tinha um estágio estando no terceiro ano de faculdade, tinha contas a pagar, pois dividia um apartamento com meu amigo e, para mim, as apostas me salvariam”, disse o engenheiro ao

Contraponto. A entrada de José no mundo da aposta representava uma oportunidade, mas ainda assim seria apenas algo casual até sua situação melhorar.

De acordo com dados do BNL Data – site do ramo de loterias e apostas esportivas –, o setor extremamente aquecido de apostas esportivas faturou R\$7 bilhões em 2020. Segundo José, esse universo com falsas promessas o levou, enquanto estudante à época, a comprar diversos cursos de apostas em plataformas de marketing digital e até mesmo usar a Carteira de Identidade Nacional de amigos para poder apostar em uma teia de plataforma desse mercado.

“Comecei apostando em *link*, depois migrei para grupos “especialistas” que paguei três mil [reais] para entrar, comprei mais de quatro cursos de como apostar e suas variáveis, passei a só pesquisar sobre apostas e assim fui criando meu próprio precipício”, afirmou.

Na visão do engenheiro, sua vida se tornou apenas “apostar” porque ele só fazia isso. Ele entendia sobre as plataformas, casas e as supostas estratégias, mas nada o aliviava do vício. “Não gostava mais do esporte em si, tudo virou números, quantia e valores”.

Necessidades que vão além das investigações, o atual cenário da CPI

O último grande episódio envolvendo o tema manipulação de resultados no futebol brasileiro teve John Textor, sócio norte-americano majoritário da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) do Botafogo, como protagonista. Em fevereiro de 2024, após uma partida do clube carioca, o dirigente declarou que tinha áudios que

comprovavam as denúncias. “Eu tenho juízes gravados reclamando de não terem suas propinas pagas”, revelou o americano para a imprensa.

Em abril, ao prestar depoimento diretamente à CPI, Textor afirmou que a manipulação no futebol é uma realidade não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo também. O norte-americano apresentou um relatório com supostas provas de alterações de resultados no futebol brasileiro aos senadores. O presidente da comissão, Kajuru, afirmou que os documentos apresentados seriam investigados.

Até a publicação desta reportagem, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva havia multado o sócio do Botafogo no valor de R\$60 mil pela falta de colaboração com as investigações, porém a decisão foi suspensa até a conclusão de inquérito. Além disso, o sócio majoritário do Botafogo acumula uma relação estremecida com a CBF desde o final de 2023, quando o presidente da entidade o processou por calúnia após Textor ter dito que a confederação é corrupta.

Atualmente, a CPI segue ouvindo diferentes profissionais e personagens ligados ao tema de manipulação de apostas esportivas, mas ainda não há uma previsão para a conclusão das investigações. De acordo com Tauan Oliveira, o legislativo brasileiro tem concentrado seu trabalho, principalmente na elaboração de normas e regulamentos para o setor. O especialista complementou que, caso seja identificado a veracidade das alegações de Textor, o futebol brasileiro terá implicações significativas, como a perda de credibilidade no esporte.



© Roque de Sá/Agência Senado

John Textor em um dos seus depoimentos à CPI

Paris 2024, a promessa da igualdade

Paridade de gênero marca a volta das Olimpíadas à França

Por Khauan Wood, Luciana Zerati, Nathalia de Moura, Nicole Domingos e Vinícius Evangelista

Cem anos após a sua última edição, Paris se prepara para receber novamente os Jogos Olímpicos entre os dias 26 de julho e 11 de agosto deste ano. Além de ser o evento poliesportivo mais esperado, com dez milhões de ingressos disponibilizados para venda, esta edição registra um momento marcante. Pela primeira vez, a competição terá o mesmo número de atletas homens e atletas mulheres.

Não é a primeira vez que a capital francesa será palco histórico do aumento da representatividade feminina no esporte. Há exatamente um século, em 1924, a cidade recebeu 135 competidoras, frente a 2.954 competidores homens. Esse evento mostrou um avanço em relação à primeira edição com a presença de mulheres, em 1990, também na França, que continha 22 atletas.



© Comitê Olímpico Internacional

A atleta russa Larisa Latynina é a mulher com mais medalhas olímpicas na história, totalizando 18

Em entrevista ao **Contraponto**, a pesquisadora de práticas esportivas contra hegemônicas, Aira Bonfim, afirma que a desigualdade não se limita ao gênero, mas abrange também os desafios enfrentados por atletas paralímpicos, pessoas transgênero e questões relacionadas ao etarismo. “Então tudo isso é uma luta de reconhecimento da universalidade, ou seja, por um esporte para todos, além da afirmação de direitos e da humanidade de todos os praticantes de esportes”.

O que mudou entre Paris 1924 e Paris 2024?

O número de modalidades disputadas nos jogos cresceu exponencialmente. Em 1924, 19 categorias garantiram medalhas aos atletas, hoje, esse número se multiplicou e chegou a marca de 45 divisões premiadas.

Atletas da delegação inglesa durante a cerimônia de abertura dos Jogos de 1924



© Central Press/Hulton Archive

O número de países participantes também cresceu. Na edição parisiense realizada no século XX, 44 nações disputaram e, neste ano, serão 206 membros.

Se soma aos participantes da competição, uma parcela de Atletas Neutros Individuais (ANIs), formada por russos e bielorrussos - nacionalidades banidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em dezembro de 2023, por conta do conflito com a Ucrânia. No entanto, não poderão participar da cerimônia de abertura das delegações. Além de uma equipe representada por 36 atletas reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (ONU) como refugiados de 11 países da América, África e Ásia. Os 23 homens e 13 mulheres, acolhidos por 15 comitês olímpicos diferentes, disputarão 12 esportes da edição.

A inclusão do *Breakdance* nas Olimpíadas de 2024, estilo de dança urbana estadunidense, é uma das novidades do COI que priorizou a modernização e a aproximação dos esportes com o público jovem. A modalidade esteve presente na última edição dos Jogos Olímpicos da Juventude, que ocorreu em Buenos Aires, na Argentina, em 2018.

Há 100 anos, 3.089 pessoas competiram nos Jogos e apenas 4% das vagas eram femininas. O interesse pelos esportes e a discussão sobre pluralidade nos espaços ocupados majoritariamente por homens revelam um novo cenário. Em 2024, o número de vagas chega a marca de 10.500, sendo 5.250 homens e 5.250 mulheres na disputa.

Aira Bonfim afirma que a mudança não está apenas nas competições esportivas, mas na igualdade de oportunidades. “A paridade de gênero é uma discussão hoje muito mais acessível. Não está restrita, apenas, ao ambiente de alto rendimento, mas ao acesso ao direito, ao lazer e aos esportes”.

Um dos impulsionadores para essa realidade entre homens e mulheres nas competições é a inclusão de provas mistas. A disputa heterogênea foi implantada pela primeira vez na edição anterior, em Tóquio. Neste ano, ela estará presente em 10 esportes: atletismo, badminton, hipismo, judô, natação, tiro esportivo, tiro com arco, tênis, tênis de mesa e vela.

O fundador dos Jogos Olímpicos Modernos, Barão Pierre de Coubertin, sempre se posicionou contra a participação feminina no evento poliesportivo. Há 120 anos, na primeira edição sediada na Grécia, Coubertin foi questionado sobre a ausência de diversidade de gênero. “Uma olimpíada com mulheres seria impraticável, desinteressante, inestética e imprópria”, afirma.

Quando começaram a competir em 1900, as mulheres não tinham o direito às medalhas e podiam participar apenas do tênis e do golfe, modalidades consideradas “adequadas”. Elas também eram impedidas de assistir e torcer nas partidas. Vinte e quatro anos depois, as atletas competiram na natação, na esgrima, nos saltos ornamentais e no tênis. Na delegação brasileira, 12 competidores foram aos Jogos para disputar provas do atletismo, remo e tiro esportivo e todos eram homens. Apenas nas Olimpíadas de Londres, em 2012, foi possível vermos mulheres competindo em todas as modalidades.

O Brasil não se absteve. Em 1941, um Decreto-Lei nº.199, estabeleceu regras no espaço esportivos que regulavam a interação feminina. “As mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (Art. 54).



© Getty Images

A Grã-Bretanha foi medalhista de ouro em Tóquio 2020 no revezamento 4x100m medley misto, prova da natação

A Carta Olímpica, atualizada em todas as edições, determina as regras e compromissos dos jogos esportivos. O Olimpismo, como também é conhecida, possui oito áreas de atuação, dentre as quais, se responsabiliza pelo “princípio da igualdade entre homens e mulheres”. Além de promover o desenvolvimento sustentável, proteção aos atletas, respeito à trégua olímpica e promoção da cultura e da educação olímpica.

Em um século, a presença feminina cresceu mais de 40 vezes e o balanço de participação feminina foi ampliado a cada ano. Segundo o COI, em Los Angeles 1984 havia 23% mulheres, seguido por 34% em Atlanta 1996, 44% em Londres 2012, 48% em Tóquio 2020 e 50% em Paris 2024.

A importância de Alice Milliat na visibilidade feminina

No cenário esportivo global, Alice Joséphine Marie Milliat se destacou no início do século XX como nadadora, remadora e jogadora de hóquei. Em 1921, além de professora, ela fundou a Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI), uma organização dedicada ao avanço do esporte feminino em escala internacional e olímpica, porque a Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) se recusou a permitir a participação das mulheres no atletismo.

“A organização das competições das Olimpíadas, não é reconhecida por sua universalidade no qual as mulheres

participam como atletas. Por esse motivo, essa federação feminina é uma reação a esse despropósito, que é uma iniciação de encontros esportivos excludentes”, ressaltou Bonfim. A historiadora destaca que Alice Milliat desafiou a federação ao se juntar à luta contra a desigualdade de gênero.

A FEFI se envolveu em confrontos com a FIAA e o COI, e tinha o objetivo de pressionar essas entidades a favor da inclusão das mulheres nas competições olímpicas de atletismo. Diante da resistência das autoridades e com o propósito de fortalecer o movimento feminino no esporte, Alice Milliat apoiou e colaborou ativamente na organização dos Jogos Olímpicos Femininos.

Houve quatro edições dos Jogos Olímpicos Femininos, que receberam apoio de vários países, pessoas e atletas. Apesar da oposição de Pierre de Coubertin, o COI estava ciente do movimento e enfrentava pressões crescentes para considerar a expansão e o interesse gerado pelos jogos femininos.

Quinze anos após a fundação da FEFI, nos Jogos de Berlim, em 1936, o COI reconheceu as mulheres como atletas olímpicas. Sua representatividade alcançou 10% do total de participantes, o que indicou um aumento em comparação com edições anteriores. No mesmo ano, a responsabilidade pelos recordes e direcionamento do esporte feminino passou para a Federação Internacional de Atletismo Amador, marcando o fim da FEFI.

Os Jogos Olímpicos para além dos esportes

As Olimpíadas representam mais do que simplesmente competições esportivas. Elas retratam um reflexo e um estopim das mudanças sociais e culturais em curso pelo mundo todo. A preparação de Paris impulsionou a conquista por igualdade de gênero no cenário esportivo global. Bonfim esclarece que “tudo isso é uma luta de reconhecimento da universalidade, ou seja, de um esporte para todos, mas também de um reconhecimento de direitos, de uma humanidade de todos os praticantes de esportes”.

Essa visibilidade foi possível graças a um grande número de iniciativas lideradas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em parceria com os grupos de interesse do Movimento Olímpico, Paris 2024, Federações Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e influentes veículos de transmissão.

Um dos principais pilares para essa grande mudança foi a criação da Agenda Olímpica, que se refere a uma série de recomendações e diretrizes estabelecidas pelo COI para orientar e moldar o futuro do Movimento Olímpico como um todo. A cada novo ciclo, a agenda é revisada e atualizada, a fim de enfrentar desafios e caminhar junto com o desenvolvimento da sociedade. A última revisão foi em 2020, sendo em Tóquio que leva o título de edição mais equilibrada, até o ano atual, com 48,7% de atletas mulheres.

De acordo com o site oficial das Olimpíadas, a partir da edição de 1996, realizada em Barcelona, promover as mulheres se tornou uma missão do COI e é consagrada na Carta Olímpica. Uma pesquisa feita pelo jornalista espanhol Guillaume Depasse mostra que 50% das posições dos membros das comissões do comitê são ocupadas por mulheres desde 2022, maior do que os 20,3% antes da Agenda Olímpica 2020.

Nos últimos anos ocorreram importantes avanços pela igualdade de gênero no ramo esportivo. No entanto, é crucial reconhecer que não pode parar por aqui, ainda há muito a ser feito para alcançar a plena inclusão nesse cenário. A desigualdade está enraizada em diversas áreas, algumas delas sendo a disparidades salariais, acesso desigual a recursos e oportunidades limitadas para mulheres em papéis de liderança no esporte. No Brasil desde 1988 a Constituição visa alcançar a igualdade para todos, Bonfim afirma que “a sociedade deve pensar no acesso a uma diversidade esportiva desde a sua iniciação e da sua prática de lazer, mas também que possibilite que meninas e, qualquer outro grupo social que esteja apartado desse acesso, tenham mais oportunidades”.

Uma abordagem fundamental para o futuro é o investimento em educação e empoderamento. Bonfim destaca que é preciso “promover iniciativas futuras no sentido de aderir não só mais mulheres, mas mais pessoas ao acesso esportivo desde o início até a experiência como pós-atleta”.

© Biblioteca Nacional da França



Retrato de Alice Milliat, presidente da Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI)

Brasil pode superar recorde de pódios em Paris 2024

Ginástica Artística, judô e boxe devem impulsionar o país no quadro de medalhas

Por Ana Luiza Pêgo, Giovanna Rahhal, Juliana Salomão, Larissa Soler e Maria Luiza Costa

Às vésperas do embarque para os Jogos Olímpicos de Paris, o Brasil se prepara para uma campanha histórica. Dessa vez, mais de 200 atletas representarão o País em uma variedade de modalidades esportivas. A disputa acontece entre os dias 26 de julho e 11 de agosto de 2024. Na França, a ideia é repetir a tônica das últimas edições, superando o recorde de conquistas pela terceira vez consecutiva.

Desde os Jogos sediados em Londres, em 2012, os atletas brasileiros superaram as adversidades e colocam o Brasil em evidência. Na edição do Reino Unido, a Nação conquistou um total de 17 pódios, distribuídos entre ouro, prata e bronze. Já na Rio 2016, a equipe brasileira deu mostras de determinação, talento e excelência perante o público e o resultado não poderia ser diferente: 19 medalhas. Por fim, nos Jogos Olímpicos de Tóquio, um novo recorde: 21 pódios, ultrapassando pela primeira vez a marca de 20 premiações.

A campanha obtida pelos atletas brasileiros não apenas demonstra o crescimento do esporte no País, como também destaca a importância da inclusão de novas modalidades no calendário olímpico. Um exemplo foi a introdução do surfe e do skate na última Olimpíada. Logo na edição de estreia, ambos proporcionaram ao Brasil a conquista de quatro medalhas.

Modalidades para ficar de olho

Apesar de não possuir a mesma tradição olímpica que países como China, Rússia e Estados Unidos, o Brasil sempre levou uma delegação de peso para as Olimpíadas. Em entrevista ao **Contraponto**, o jornalista e produtor da Rede Globo, Guilherme Costa, fez uma projeção de quais esportes podem nos levar ao caminho da glória e quais atletas têm mais chances de brilhar.

“Os grandes carros chefes da equipe brasileira devem ser a ginástica artística, o judô e o boxe. Este último já foi a modalidade mais bem-sucedida em Tóquio. Acredito que vai garantir, três ou até quatro medalhas em Paris. O judô, por sua vez, é uma tradição e, desde 1984, é responsável pela conquista de pelo menos um ouro, prata ou bronze para o Brasil”, explica.

Assim como em 2021, skate e surfe também surgem como grandes esperanças de pódios para a delegação, caso a performance seja similar à de Tóquio. Fora do conhecimento comum do público, o Tiro com arco é outra categoria que deve trazer uma medalha para o Brasil. Marcus Vinícius D’Almeida é o atual líder do ranking mundial e fortemente cotado para ficar entre os três primeiros na França.

Quanto aos esportes coletivos, o vôlei aparece como principal destaque. Embora atravessasse um período de reformulação, o time masculino sempre é apontado como possível medalhista e terá uma grande oportunidade para ganhar ritmo: a Liga das Nações, disputada entre maio e junho. Já a equipe feminina – atual vice-campeã olímpica – também chega forte para disputar o pódio. O vôlei de praia, decepção em Tóquio, volta a ser cotado como favorito para medalhas em 2024.

“Ana Patrícia e Duda, por exemplo, formam a dupla número um do ranking mundial no momento e são favoritas ao ouro. Além delas, Bárbara e Carol, também estão bem posicionadas. Com as duas, acho que o Brasil tem boas chances de medalha no feminino”, explica Costa.

Outro esporte apontado pelo jornalista como favorito para conquistar um pódio em Paris é a marcha atlética, o que demonstra o crescimento da modalidade neste ciclo olímpico em comparação com o último. “A marcha atlética do Brasil está muito bem. Na minha visão, temos várias oportunidades de medalha neste ano. Tem o Caio Bonfim no masculino, Viviane Lira e Erika Sena no feminino. A prova por equipes também pode ser promissora”, pontua o repórter.

Decepções

Antes mesmo da chegada dos atletas em Paris, o Brasil sofreu um grande baque. Isso porque, em fevereiro desse ano, a Seleção Brasileira Masculina de futebol, não conseguiu a classificação durante o torneio pré-olímpico, realizado na Venezuela.



Seleção brasileira de futebol eliminada no pré-olímpico

Na visão de Guilherme Costa, a ausência da equipe bicampeã olímpica na competição é significativa: “Nas últimas quatro edições, o futebol masculino obteve resultados bem expressivos. Foi bronze em 2008, prata em 2012 e ouro em 2016 e 2021”.

Essa lacuna pode prejudicar o País no ranking geral, segundo o jornalista. “Atrapalha um pouco as pretensões no quadro de medalhas, porque é um possível pódio a menos. Foram sete medalhas da modalidade nos últimos 40 anos. Era algo que a gente sempre contava”, conclui.

Após a prata inédita nos Jogos Pan-Americanos de 2023, o beisebol se tornou uma esperança para as Olimpíadas. Porém, apesar do destaque nesta competição, não veremos a equipe brasileira em Paris, uma vez que o Comitê Olímpico Internacional (COI) retirou a modalidade desta edição. “Infelizmente o beisebol não fará parte dos Jogos Olímpicos em 2024. Ele marcou presença em Tóquio, mas só deve voltar daqui quatro anos em Los Angeles”, explica Costa.

Quem não tem o costume de acompanhar o calendário da natação pode se decepcionar. Em Tóquio, o Brasil conquistou três medalhas, somando a disputa em águas abertas e piscinas. Entretanto, para o jornalista, esse resultado não irá se repetir, porque a previsão para a modalidade é de uma única medalha. Para piorar esse cenário, o especialista em provas de curta distância e medalhista de bronze na

© Arquivo pessoal



O jornalista Guilherme Costa durante as Olimpíadas de Tóquio

edição passada, Bruno Fratus, confirmou sua ausência em Paris.

A melhor chance de pódio é de Guilherme Costa, nos 400m livres. O atleta foi o 4º colocado na prova nos dois últimos campeonatos mundiais. “Ele chega com possibilidade de medalha, mas vai ter que fazer o melhor tempo da vida dele para conseguir um lugar entre os três primeiros. Provavelmente essa seja a nossa única oportunidade de conquista na disputa em piscina”, aponta o produtor.

Já nas águas profundas, Ana Marcela Cunha, atual campeã olímpica da maratona aquática de 10km, pode garantir outro pódio em Paris. De acordo com Costa, “ela foi a quarta colocada no mundial deste ano e a quinta na edição do ano passado e tem chances de trazer mais uma medalha para o Brasil”.

Destaques

Da cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos de Tóquio até hoje, os atletas participaram de algumas competições para garantir vaga em Paris e se preparar para as Olimpíadas. Por conta dos resultados obtidos, vários geraram expectativas para 2024, como a equipe de ginástica artística feminina. Tanto na disputa individual quanto por equipes, as brasileiras têm chances reais de assegurar medalhas.

Dentre as diversas estrelas da ginástica, a maior referência do Brasil tem nome e sobrenome: Rebeca Andrade. A ginasta é a atual campeã olímpica e mundial do salto, além de ter conquistado a prata no individual geral e solo no Mundial de Antuérpia, na Bélgica, em 2023. Segundo Guilherme Costa, nem mesmo o retorno da americana Simone Biles ofuscará o protagonismo da guarulhense.

“A Rebeca tem chances de ganhar cerca de três a quatro medalhas, se você pegar o campeonato mundial do ano passado como exemplo, ela ganhou cinco”, pontua.

Já nas pistas, o skate também gera muita expectativa nas categorias Street e Park. Rayssa Leal, vice-campeã em Tóquio e a mais jovem medalhista olímpica brasileira na história, é favorita na primeira modalidade.

Desde a edição passada, a skatista conquistou três medalhas de ouro em Campeonatos Mundiais, é a atual campeã Pan-Americana da categoria – além de ter vencido diversas etapas da Street League Skateboarding (SLS). Por isso, para o repórter, a fadinha, apelido pelo qual Rayssa ficou conhecida mundialmente, chegará em Paris com status de favoritismo.



Rayssa Leal no pódio nas olimpíadas de Tóquio

A ‘Brazilian Storm’ – termo carinhosamente atribuído aos surfistas brasileiros – é mais uma esperança de medalha e o destaque da comitiva que vai aos Jogos é o tricampeão mundial, Gabriel Medina. Ao contrário das demais modalidades, a disputa do ouro no surfe acontecerá na Polinésia Francesa, no Taiti. Natural de Maresias, Medina conhece como ninguém as ondas de Teahupoo. “Lá sempre tem etapa do Circuito Mundial, então é um local que ele conhece muito bem e sempre obtém ótimos resultados nas competições”, ressalta o apresentador.

Surpresas

A delegação brasileira pode surpreender no Tênis de Mesa com Hugo Calderano. “Ele tem se mantido entre os dez melhores do mundo nos últimos 6 anos, alcançando resultados consistentes e até mesmo derrotando atletas chineses, considerados os melhores do mundo”, comenta Guilherme. Em Paris, a tendência é que os principais adversários do brasileiro sejam mesmo os chineses.

O atletismo também é uma modalidade com potencial de conquista com a volta de Alisson dos Santos, o Piu, nos 400m com barreira. Seu condicionamento físico será um ponto chave na busca pelo pódio, após se lesionar no último ano.

O tênis pode trazer ainda mais alegrias nessa edição. Com Bia Haddad e Luísa Stefani classificadas, o Brasil está no páreo na briga por uma vaga no pódio, seja no torneio de duplas ou na disputa de simples. A segunda atleta, inclusive, foi a responsável pela única medalha conquistada pelo país na história da categoria.

Outro esporte que está sob os holofotes é o futebol feminino. Sob o comando de Arthur Elias, desde setembro de 2023, a equipe demonstra evolução a cada partida e pode vir forte para desafiar os times do mais alto escalão. A maior artilheira da história das Copas do Mundo é Marta Silva, a esperança da Seleção Brasileira na busca pelo título inédito em Paris.

Marta tem, em sua coleção de troféus e medalhas, dois vice-campeonatos, nos Jogos de Atenas 2004 e Pequim 2008. Após mais de 20 anos, está provavelmente será sua última participação nas Olimpíadas, já que a atacante sinalizou sua intenção de se aposentar da seleção em 2025.

“O futebol feminino não vai chegar como favorito à medalha, mas vai chegar com chance. Vamos ver como vai ser o trabalho do treinador que recém assumiu o comando depois do fim da Copa do Mundo do ano passado. O time vai brigar por medalha”, reforça Guilherme Costa.



Simone Biles, Rebeca Andrade e Flávia Saraiva respectivamente, no mundial de 2023

Futsal, um sonho olímpico

A participação no evento esportivo comprometeria a principal competição da categoria, no final de agosto, de acordo com FIFA

Por Gabriel Cordeiro, Lucas Tomaz Lopes e Pedro Lima Gebrath

Nem todos conhecem o ex-jogador Alessandro Rosa Vieira, mas a maioria já viu ao menos algum lance do Falcão, apelido que o consagrou ao longo de sua carreira. Com mais de 10 milhões de praticantes somente no Brasil, o futebol de salão é celeiro de grandes craques expoentes do esporte. Em ano de Jogos Olímpicos, a modalidade está novamente fora da disputa. O esporte enfrenta resistência por parte das organizações do evento, mas se prepara para a Copa do Mundo 2025 e competições seletivas no segundo semestre.

O Futsal foi criado em meados da década de 1930 pelo professor uruguaio de Educação Física, Juan Carlos Ceriani. Em 1982, a cidade de São Paulo sediou o 1º Campeonato Mundial da categoria, promovido pela Federação Internacional de Futebol de Salão (FIFUSA). O torneio foi disputado no ginásio do Ibirapuera e contou com a participação de 12 seleções. O Brasil tornou-se campeão após superar a equipe paraguaia pelo placar de 1x0.

Apesar de atender a todos os requisitos necessários para garantir sua presença nos Jogos, a categoria também enfrenta resistência por parte do Comitê Olímpico Internacional (COI), organizador das partidas. Isso porque o órgão enxerga que a adição do futebol de salão aumentaria a visibilidade de um esporte organizado pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associação). As duas siglas enfrentam um embate histórico sobre quem detém a visibilidade dos esportes em seu principal evento, os Jogos Olímpicos pelo COI e a Copa do Mundo pela FIFA.

A experiência de quem acompanha de perto

Ex-presidente da Comissão de Futsal do Uruguai, José Enrique Romero atua desde 2009 na frente de expansão internacional do esporte e afirma que, ao longo de sua história, a categoria já ocupou uma posição de maior destaque. O especialista explica que o futebol de salão esteve em nível olímpico, presente em Jogos Sul-Americanos e Pan-Americanos.

Embora não faça parte da maior competição poliesportiva do mundo, profissionais da área não lamentam totalmente sua ausência neste palco. Em entrevista ao **Contraponto**, o treinador de futsal André Dantas ressalta que “é uma modalidade que está em todo lugar, é extremamente consolidada, existe Copa do Mundo e Grand Prix. Ela não depende dos Jogos Olímpicos”.

Ainda assim, o técnico não enxerga que a inclusão nas Olimpíadas seja uma ideia irreal. Segundo Dantas, em comparação com os últimos ciclos, a organização e a relação entre as entidades que comandam o futsal brasileiro é mais profícua. “Não bateria o martelo para o futebol de salão nos Jogos Olímpicos, mas se a chance existir, ela se tornará mais factível a cada dia”, afirma o técnico.

Potencialidade feminina e o alcance mundial

Tradicionalmente, o futsal masculino tem mais visibilidade nos campos de salão. Porém, desde 2005, a participação feminina é realizada anualmente pela Liga Feminina de Futsal.

“A falta da categoria feminina era uma questão, mas a confirmação da primeira Copa do Mundo em 2025 e o crescimento da modalidade nos últimos anos resolveram esse assunto”, ressalta Romero. Mas ele reforça que é necessário aumentar o número de representantes do futsal na FIFA, pois, na visão dele, esse pode ser o primeiro passo rumo à integração do esporte nos Jogos Olímpicos.

Tanto o prestígio quanto o reconhecimento internacional da Seleção Brasileira Feminina contribuem para o desenvolvimento do esporte no Brasil. A cereja do bolo, contudo, acontecerá em 2025, com a disputa da primeira edição da Copa do Mundo Feminina de Futsal, nas Filipinas.



Logo da liga feminina de futsal, realizada anualmente há mais de 19 anos

Um sonho antigo

As ações em prol da inclusão do futsal nos Jogos Olímpicos vão continuar sob a liderança dos novos treinadores e demais colaboradores que se importam com a causa. A esperança é que eles se inspirem em uma pessoa que muito fez por esse esporte.

© Arquivo FPFS



Ciro Fontão de Souza ocupou o cargo máximo da Federação Paulista de Futsal

No dia 13 de abril de 2020, nos despedimos do Doutor Cirio Fontão de Souza, ex-presidente da Federação Paulista de Futsal (FPFS). Durante o período em que esteve à frente da entidade – (1977 a 1985 e 1989 a 2016) – o dirigente foi um grande apoiador da adição da modalidade nas Olimpíadas.

Dentre os maiores feitos de sua gestão, lançou a campanha “Futsal, um sonho olímpico”, juntamente com o Departamento da Internet da FPFS. O projeto teve repercussão mundial, do mesmo modo que outra ação promovida por Fontão: o “Olympic Futsal Now” (Futsal Olímpico Agora, na tradução literal), lançado em 2003.

O futebol de salão sentiu o impacto dessas iniciativas e ganhou mais força para alçar voos maiores. A tendência é que a modalidade se desenvolva ainda mais até, finalmente, alcançar a tão sonhada participação nas Olimpíadas.



Partida entre Operário/DEC e São José realizada no Ginásio Guanandizão, em 2022

© Maurício Moreira/CBFS